



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS (IESA)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JORGE RODRIGUES ATAIDES JUNIOR

**Cartografias em Transição: Mapas vivenciais de travestis em Goiânia**

GOIÂNIA-GO  
2026

Processo: 23070.001324/2026-84  
Documento: 6044208



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

### 2. Nome completo do autor

**Jorge Rodrigues Ataiades Junior**

### 3. Título do trabalho

**“CARTOGRAFIAS EM TRANSIÇÃO: MAPAS VIVENCIAIS DE TRAVESTIS EM GOIÂNIA”**

### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Rodrigues Ataiades Junior, Discente**, em 11/03/2026, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alecsandro Jose Prudencio Ratts, Professor do Magistério Superior**, em 16/03/2026, às 08:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6044208** e o código CRC **2018D54B**.

JORGE RODRIGUES ATAIDES JUNIOR

**Cartografias em Transição: Mapas vivenciais de travestis em Goiânia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço.

Linha de pesquisa: Dinâmica Socioespacial

Orientador: Prof. Dr. Alecsandro (Alex) J. P. Ratts

GOIÂNIA  
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ataides Junior, Jorge Rodrigues  
Cartografias em Transição [manuscrito]: Mapas vivenciais de travestis em Goiânia / Jorge Rodrigues Ataides Junior. - 2026.  
84 f.: il. 2026

Orientador: Prof. Dr. Alecsandro José Prudêncio Ratts  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2026.

Ilustrações.

Anexo.

Apêndice.

Bibliografia.

Inclui: siglas, mapas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Geografia, Gênero e Sexualidades. 2. Cartografia. 3. Mapa Vivencial.  
4. Travestilidades.

I. Ratts , Alecsandro José Prudêncio, orient. II. Título.

CDU 911.3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **05/2026** da sessão de Defesa de Dissertação de **Jorge Rodrigues Ataides Junior**, que confere o título de Mestre em **Geografia**, na área de concentração em **Natureza e Produção do Espaço**

**Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis**, a partir das **09:00 horas**, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“CARTOGRAFIAS EM TRANSIÇÃO: MAPAS VIVENCIAIS DE TRAVESTIS EM GOIÂNIA”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Alecsandro Jose Prudencio Ratts (PPGEO/IESA)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Ivanilton Jose de Oliveira (IESA/UFG)**, membro titular externo; Professora Doutora **Ana Paula Garcia Boscatti (FFCH/UFBA)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Alecsandro Jose Prudencio Ratts (PPGEO/IESA)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, **aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis**.

#### TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Alecsandro Jose Prudencio Ratts, Professor do Magistério Superior**, em 23/02/2026, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivanilton Jose De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 23/02/2026, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Garcia Boscatti, Usuário Externo**, em 23/02/2026, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5990513** e o código CRC **E9484E06**.



## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, sabedoria, saúde e persistência.

À minha mãe, ao meu pai, por existirem. Serei eternamente um devedor pelo amor, pelo apoio e pelo estímulo aos estudos que recebi durante toda a minha vida. Pela animação, pelos conselhos e por serem sempre positivos. Vocês são a minha base e o meu maior orgulho.

Às voluntárias, pela colaboração nos mapas da pesquisa; gostaria de expressar minha profunda gratidão. Vocês são potência!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alecsandro (Alex) J. P. Ratts, pela liberdade e confiança depositadas em mim.

Gostaria de expressar meus agradecimentos à banca examinadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Garcia Boscatti, Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira e Prof. Dr. Alemar Sousa, por sua avaliação crítica e sugestões construtivas, bem como as palavras de carinho e motivação.

Aos amigos da graduação e os que fiz nessa caminhada da pós-graduação. Obrigado Larissa, Andressa, Paula, Milene, Jeniffer, Maria José, Gabriela e Pedro pela amizade e companheirismo. Admiro vocês incondicionalmente.

À minha professora da graduação, Prof.<sup>a</sup> Dra. Pollyany Pereira Martins, por seguir me ouvindo nos momentos em que eu mais precisei ao longo da pesquisa.

Por último e não menos importante, agradeço à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa parte do intuito de elaborar mapas que ajudem a pensar modos de narrar o espaço vivido, atentos a temas e sujeitos que normalmente são “silenciados” nos mapas convencionais, como as travestis. Para isso, foi estabelecido como objetivo geral elaborar uma cartografia alternativa aos modelos cartográficos hegemônicos sobre as experiências de vida de travestis que vivem em Goiânia a partir de linguagens e meios de expressão gráfica não convencionais. Nesse propósito, para além do levantamento bibliográfico, seguiremos uma abordagem geocartográfica com adaptações de outras metodologias, como as Cartografias Alternativas Decoloniais, tendo por base a Cartografia Social e os estudos dos Iconoclastas. Desse modo, tornou-se possível explorar a história de vida de três travestis que residem em Goiânia, relacionando tempos, espaços e mobilidades de seus passados em suas cidades de origem até chegar a Goiânia, suas experiências do presente na capital e seus planos e projetos de futuro. Os resultados apontam que os saberes sobre o espaço urbano produzido pelas travestis geram novas leituras de Goiânia e, com elas, outras representações capazes de revelar suas derivas, localidades e mobilidades, bem como seus usos e sentidos.

**Palavras-chave:** Geografia; Gênero e Sexualidades; Travestilidades; Cartografia; Mapa Vivencial.

## ABSTRACT

This research stems from the intention to develop maps that help to think about ways of narrating lived space, paying attention to themes and subjects that are normally “silenced” in conventional maps, such as transvestites. To this end, the general objective was established to develop an alternative cartography to the hegemonic cartographic models on the life experiences of transvestites living in Goiânia, using unconventional languages and means of graphic expression. To this end, in addition to the bibliographic survey, we will follow a geocartographic approach with adaptations from other methodologies, such as Decolonial Alternative Cartographies, based on Social Cartography and Iconoclast studies. In this way, it became possible to explore the life stories of three transvestites residing in Goiânia, relating the times, spaces, and mobilities of their pasts in their cities of origin until arriving in Goiânia, their present experiences in the capital, and their plans and projects for the future. The results indicate that the knowledge about urban space produced by transvestites generates new readings of Goiânia and, with them, other representations capable of revealing their drifts, locations, and mobilities, as well as their uses and meanings.

**Keywords:** Geography; Gender and Sexualities; Travestis; Cartography; Experiential Map.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Mapa vivencial de Gaby: passado, presente e futuro de mobilidades e experiências espaciais das travestilidades.....</b>	<b>38</b>
<b>Figura 2 - Mapa vivencial de Fellipa: passado, presente e futuro de mobilidades e experiências espaciais das travestilidades.....</b>	<b>43</b>
<b>Figura 3 - Mapa vivencial de Clara: passado, presente e futuro de mobilidades e experiências espaciais das travestilidades.....</b>	<b>48</b>
<b>Figura 4 – Croqui Rua 8.....</b>	<b>56</b>
<b>Figura 5 – Rua do Lazer.....</b>	<b>58</b>
<b>Figura 6 – Bar Zé latinhas.....</b>	<b>59</b>
<b>Figura 7 – Casa Liberté.....</b>	<b>61</b>
<b>Figura 8 – Antigas instalações do Topá bar.....</b>	<b>63</b>
<b>Figura 9 – Goiânia: uma cidade gay no coração do Brasil.....</b>	<b>64</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Quadro conceitual (transexual, transexualidade, transhomem/transmulher e travesti.....</b>	<b>18</b>
<b>Quadro 2 - Questão aberta sobre segurança na cidade.....</b>	<b>53</b>
<b>Quadro 3 - Questão aberta sobre lazer na cidade.....</b>	<b>54</b>
<b>Quadro 4 - Questão aberta sobre espaços LGBTQIAPN+ na cidade.....</b>	<b>62</b>
<b>Quadro 5 - Questão aberta sobre acolhimento na cidade.....</b>	<b>65</b>
<b>Quadro 6 - Questão aberta sobre profissionalização e trabalho para travestis na cidade.....</b>	<b>65</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AGLT** - Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros

**CAPES** - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CEP** – Comitê de Ética em Pesquisa

**GLS** – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

**GLTBS** – Gays, Lésbicas, Transexuais, Bissexuais e Simpatizantes

**LGBTQIAPN+** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e outras identidades

**UEPG** – Universidade Estadual de Ponta Grossa

**UFG** – Universidade Federal de Goiás

**UFMT** - Universidade Federal de Mato Grosso

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UNIR** - Universidade Federal de Rondônia

**USP** – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO.....</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 - OS SUJEITOS AUSENTES E OS SILÊNCIOS DOS MAPAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 - As travestilidades como constituintes do espaço geográfico .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2 - Uma Cartografia sobre gênero e espaços – A travestilidade.....</b>	<b>23</b>
<b>1.3 - Da Cartografia (cis)temática à (trans)formação dos mapas .....</b>	<b>26</b>
<b>CAPÍTULO 2 – A CARTOGRAFIA NÃO ESTÁ MORTA E TAMPOUCO AS TRAVESTIS: QUANDO OS MAPAS DIALOGAM COM AS GEOGRAFIAS DAS VIDAS.....</b>	<b>28</b>
<b>2.1 - Mapas vivenciais das travestis .....</b>	<b>28</b>
<b>2.2 - Os mapas vivenciais de quem existe como ser criativo .....</b>	<b>31</b>
2.2.1 - Gaby .....	31
2.2.2 – Fellipa.....	39
2.2.3 - Clara .....	44
<b>2.3 - Narrativas que se cruzam: uma breve análise.....</b>	<b>49</b>
<b>CAPÍTULO 3 - ENTRE TRÂNSITOS E MOVÊNCIAS CONSTANTES: ESPAÇO URBANO E AS VIDAS TRAVESTIS EM GOIÂNIA .....</b>	<b>53</b>
<b>3.1 - Notas para carto(grafar) com vidas trans e travestis.....</b>	<b>68</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>82</b>

## PRÓLOGO

“[...] a grama só existe entre os grandes espaços não cultivados. Ela preenche os vazios. Ela brota entre as outras coisas. A flor é bela, o repolho útil, a tulipa endoidece. Mas a grama é transbordamento, é uma lição de moral e sociais que ele colocará seu olho e corpo. Ele perguntará por aquilo que brota nos espaços mais improváveis, pelos montículos de vida que se fazem nos cantos, naquilo que o próprio espaço costuma refugar ou avaliar enquanto não importante. Neste sentido, dizemos que o pesquisador é um gamado em grama e que sua cartografia não deixa de ser um desenho dos desenhos sociais”.

Luciano Bedin da Costa (2014)

O esforço que faço nesse texto é o de enfatizar a importância da escrita e da escuta com o outro, o outro que historicamente foi concebido como não-sujeito pelo estatuto hegemônico da humanidade euro-ocidental e cisheteronormativa<sup>1</sup>. Uma escrita e escuta que implica atravessamentos em mim, não enquanto uma pessoa trans/travesti, mas enquanto um geógrafo, jovem, cis e gay que partilha, de certa forma, as dissidências e que no início da carreira docente foi impactado por uma aluna travesti em sala de aula. Fui desafiado por esta atenta interlocutora, que me questionou: O que a Geografia estuda sobre mim? Esse foi o desafio que, enquanto geógrafo e professor, decidi aceitar como cientista, rumo aos caminhos da pós-graduação na UFG.

Logo, a minha localização social não tem o objetivo de falar pelas trans e travestis e tampouco promover descaracterizações em suas experiências e seus saberes. Minha escrita aqui é exercitada com respeito e sensibilidade, tendo em vista a mediação pesquisador e sujeitos de conhecimento/interlocutoras.

A invisibilização das travestis nos mapas não só instaura, mas também revela, basicamente, um regime visual transfóbico além de racializante na Cartografia; afinal, estamos falando de pessoas com uma existência questionada e estigmatizada, podendo brutalmente desaparecer. Por isso, reiteramos o compromisso em seguir um movimento de produção de mapas (com) afeto, no sentido de humanidade.

---

<sup>1</sup> A cisheteronormatividade descreve a suposição de que a heterossexualidade e a cisgeneridade é a norma ou padrão natural, correto, desejável e esperado nas relações humanas. Entendida como “[...] o estabelecimento da cisgeneridade como expressão padrão de gênero, e da heterossexualidade como padrão de sexualidade, ambas inscritas em um discurso de neutralidade” (Almeida, 2019, p. 21).

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema as representações cartográficas da vida de travestis<sup>2</sup> que residem na cidade de Goiânia, Goiás. Logo, propõe-se um olhar a partir da Geografia e da Cartografia para as relações de vida dessas pessoas que não se encaixam nas normas sexuais e de gênero e que sofrem interdições espaciais baseadas na cisheteronormatividade espacial<sup>3</sup>.

Pertinente é estudar esse grupo social a fim de que estes sujeitos sejam visíveis de outras maneiras que não somente pelo viés da subalternização, exclusão e morte. Com esse movimento, extrapola-se os limites da Cartografia hegemônica ao focalizar esforços nas representações dos discursos e vivências desses atores não hegemônicos.

Assim, faz-se necessário ampliar o debate em torno da importância de se (re)conhecer as ausências, os silêncios e vozes no/do discurso geográfico acerca das travestilidades<sup>4</sup>. Ou seja, o esforço empenhado neste texto é o de enfatizar a importância da escrita e da escuta com o outro.

No estudo em questão, tem-se como recorte espacial a cidade de Goiânia. A escolha da cidade, dotada de significativa importância econômica e social na região Centro-Oeste do Brasil, justifica-se pela sua representatividade e pela diversidade de espaços urbanos que incluem áreas de lazer e estabelecimentos voltados para a comunidade LGBTIAPN<sup>5</sup>. As participantes da pesquisa são travestis que residem na capital goiana.

---

<sup>2</sup> O termo “travesti”, utilizado nesta pesquisa, significa e nomeia pessoas que possuem um corpo biologicamente masculino e identidade de gênero feminina.

<sup>3</sup> Ciente de que o espaço detém um importante papel enquanto vetor e reproduzidor das normas sociais relacionadas ao gênero e às sexualidades (Borghini, 2015), optou-se pela incorporação da terminologia “cisheteronormatividade espacial” por entender que o estabelecimento da cisgeneridade como expressão de padrão de gênero e da heterossexualidade como padrão de sexualidade, ambas inscritas em um discurso de normalidade e neutralidade, acabam produzindo uma hegemonia espacial cisheteronormativa.

<sup>4</sup> De acordo com William Peres (2005), as travestilidades são compreendidas como uma categoria que contempla a multiplicidade de formas de ser travesti, não engessa essas identidades em concepções generalistas, valoriza sua heterogeneidade e leva em consideração suas diferentes formas de existência.

<sup>5</sup> A sigla LGBTIAPN+ foi adotada como uma forma de abranger a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais, definindo-a de forma inclusiva como abreviação para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e pessoas trans, queer, intersexuais, agênero, assexuados, pansexuais, polissexuais, não-binárias e todas as outras, também incluídas nas múltiplas possibilidades de (r)existência.

A questão central é: Que lugar os mapas ocupariam em estudos de transgeneridade<sup>6</sup> na Geografia e de que modo estes poderiam comunicar as experiências de vida de travestis que vivem em Goiânia? A partir desse questionamento, surgem outras problematizações: Como o fazer cartográfico contemporâneo vem abordando os fenômenos sociais que ultrapassam as coordenadas geográficas e a malha cartesiana com foco em sujeitos invisibilizados ou marginalizados? E qual a importância da mobilidade (do ir e do vir) dos corpos trans na constituição das identidades de gênero?

Ademais, a presente pesquisa se justifica em razão da existência de uma lacuna significativa na produção científica referente à Geografia aplicada à travestilidade, especialmente no contexto nacional. Assim, a pesquisa tem o potencial de contribuir na produção da inteligibilidade das experiências espaciais de travestis na cidade de Goiânia, bem como suas vivências na metrópole regional.

Ao propor uma Cartografia vivencial dessas pessoas considerando suas diversas mobilidades e manifestações no espaço, o estudo também contribui para o fortalecimento das bases de uma Geografia que se propõe investigar gênero e sexualidades. Campo este que, por mais que não esteja no *mainstream* temático do fazer geográfico, já conta com algumas produções importantes às quais a presente pesquisa se agrega, como as contribuições de Silva (2007; 2008; 2009; 2013; 2015) e Ornat (2008; 2009; 2010).

Para além disso, contribui também para o escopo de uma Cartografia contemporânea, aberta para a apreensão de outras métricas espaciais, fenômenos e sujeitos que se fazem presentes no espaço geográfico atual.

Estabelece-se, destarte, como objetivo geral: elaborar uma Cartografia alternativa aos modelos cartográficos hegemônicos sobre as experiências de vida de travestis que vivem em Goiânia, a partir de linguagens e meios de expressão gráfica não convencionais. E, enquanto objetivos específicos: a) refletir, a partir das lentes da Geografia, como a cisheteronormatividade espacial impacta as experiências de vida das travestilidades; b) entender como formas de representação não convencionais, alternativas, podem reconhecer práticas sociais de sujeitos invisibilizados nos processos de mapeamento e; c) elaborar

---

<sup>6</sup> Transgeneridade — ou identidade transgênero — refere-se à experiência de uma pessoa cuja identidade de gênero difere do sexo que lhe foi atribuído ao nascer, de modo que seu gênero vivido (o que ela sente ser e como expressa esse gênero) não se alinha com as expectativas sociais baseadas no sexo biológico.

cartografias vivenciais de travestis como tática de identificação e reconhecimento da diferença na Geografia e na Cartografia.

Com esse propósito, essa dissertação emprega uma metodologia de pesquisa qualitativa seguindo uma abordagem geocartográfica (Almeida, 2018), alicerçada em um conjunto de procedimentos técnicos e científicos que articulam conhecimentos da Cartografia e da Geografia. No contexto específico desta pesquisa, propõe-se um diálogo entre dois campos da Geografia contemporânea que têm contribuído para a produção de rupturas epistemológicas na ciência geográfica, a saber, os estudos de gênero e sexualidade e os estudos cartográficos (Almeida, 2018). Ademais, o processo cartográfico desenvolvido nesta pesquisa é construído de forma híbrida, com adaptação de outras metodologias, em quatro etapas:

**(1) Analisar como o fenômeno se comporta no mundo real:** A pesquisa bibliográfica envolve a construção de um referencial a partir de pesquisas baseadas em material elaborado de autores que discutem o tema, tendo como suporte livros, publicações em periódicos, teses e dissertações. Em relação à Cartografia, encontra-se amparo em Fonseca (2004; 2012), Almeida (2018; 2021), Ares e Risler (2013; 2016), Name e Freitez Carrilo (2019) e Girardi (2014; 2015). Sobre mapas vivenciais, tem-se as contribuições de Lobato, Tavares e Silva (2022) e Lopes, Costa e Amorim (2016). No que diz respeito às ligações entre Geografia, gênero, sexualidades e travestilidades, ancora-se em Silva (2008; 2015), Ornat (2010), Santos; Ornat e Pichitelli (2019), Azevedo e Pereira (2020), Nascimento (2016) e Jesus (2012).

**(2) Coleta de dados apropriados para o propósito do mapa:** A coleta de dados será por meio de entrevista com três travestis que residem em Goiânia, com o objetivo de aprofundar o entendimento das experiências individuais e coletivas nos espaços urbanos. A seleção das entrevistadas foi realizada a partir da rede de contatos do pesquisador, constituída por sujeitas identificadas por meio de coletivos e grupos de estudo e pesquisa. Em seguida, elaborou-se um roteiro de entrevistas semiestruturadas, presenciais e individuais, que exploraram a história de vida das travestis, relacionando tempos, espaços e mobilidades, desde o seu passado em sua cidade de origem até chegar a Goiânia, além de suas experiências urbanas no presente e seus planos e projetos de futuro. Com essa divisão tripartite das perguntas (passado, presente e futuro), considerar-se-ão tanto a descrição verbal quanto a gráfica das entrevistadas. A cada pergunta feita, solicitou-se que as sujeitas da pesquisa

registrassem, por meio de desenhos-símbolos de síntese – pictogramas<sup>7</sup> –, de alguma forma, parte de seus relatos orais.

**(3) Elaboração, construção e discussão dos mapas vivenciais:** A elaboração final dos mapas vivenciais foi feita a partir de uma adaptação metodológica das Cartografias Alternativas Decoloniais utilizada por Name e Freitez Carrillo (2019), tendo por base os estudos dos Iconoclastas (Ares; Risler, 2013; 2016). O mapa vivencial de cada entrevistada foi construído pelo pesquisador com auxílio de uma artista e ilustradora travesti a partir de ilustrações gráficas e pictogramas nos *softwares* Illustrator e Photoshop. De modo que o primeiro terço do mapa, à esquerda, represente o passado da entrevistada no seu lugar de origem; a segunda parte, ao centro, representa o presente em Goiânia e, por fim, uma terceira parte representando os planos futuros de vida. Ademais, vale lembrar que, sobre essa representação final, foram adicionados os pictogramas vetorizados, desenhados pelas entrevistadas em folha branca durante as entrevistas, resultando em um processo cartográfico colaborativo, uma cartografia das “proximidades”, em que não haja um distanciamento entre o mapeador e o sujeito mapeado. Tais cartografias são específicas e elaboradas seguindo as histórias individuais de cada entrevistada, podendo ter variabilidade nas simbologias, *design* e no recorte espacial/temporal.

**(4) Análise das representações com as participantes da pesquisa:** Nesta etapa, analisar-se-á o resultado dos mapas vivenciais, no intuito de constatar possíveis erros ou dificuldades de compreensão. Cada participante teve acesso ao seu mapa final para averiguar se eles fazem sentido, tanto na construção gráfica quanto na mensagem que eles veiculam. Essa análise foi feita a partir de videochamadas na plataforma Google Meet.

Considerando que a pesquisa envolve interação com sujeitos para coleta dos dados primários, esta foi submetida o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFG. E, em função disso, delimitou-se os seguintes critérios de inclusão: a) identificar-se como travesti; b) ser maior de 18 anos; c) residir em Goiânia-GO; d) fazer parte da rede de contatos do pesquisador, com os quais ele interagiu a partir de coletivos, grupos de estudos e pesquisa. Em contrapartida, enquanto critérios de exclusão, tem-se: a) pessoas que não se identificam como

---

<sup>7</sup> Pictogramas são “imagens claras e esquemáticas que informam, sinalizam e permitem elaborar leituras complexas sobre diversos temas. São construídas com desenhos que representam situações e casos emblemáticos, permitindo estabelecer ligações, identificar figuras-chave, resumir práticas e visibilizar formas articuladas de organização e transformação territorial” (Ares; Risler, 2013, p. 53).

travesti; b) menores de 18 anos; c) travestis que não residem em Goiânia-GO; d) travestis que não fazem parte da rede de contatos do pesquisador.

No que diz respeito aos riscos, destaca-se que a participação na pesquisa poderia acarretar riscos de desconforto emocional e, mesmo com anonimato, a identificação indireta poderia causar estigmatização ou constrangimento. No entanto, caso houvesse algum momento durante a entrevista e/ou questionário que causasse desconforto, as entrevistadas não precisariam respondê-lo.

Ademais, a pesquisa "garante" benefícios significativos em diferentes níveis: científico, social, político e individual. Oferece novas narrativas sobre os espaços urbanos, mobilidades e territorialidades a partir das experiências de travestis, que são vozes historicamente silenciadas; enriquece o debate teórico sobre corpo, gênero, espaço, consolidando o campo da Geografia de Gênero e Sexualidades; dá visibilidade qualificada às realidades enfrentadas por travestis em seus deslocamentos, gerando subsídios para políticas públicas e benefícios para as participantes, com o reconhecimento e valorização de suas trajetórias; fortalecimento da identidade e autoestima, bem como da ampliação de redes de solidariedade.

Visando à exposição dos resultados obtidos ao longo do desenvolvimento da dissertação, o trabalho está disposto em três seções. Na primeira seção, intitulada “Os sujeitos ausentes e os silêncios dos mapas: primeiras aproximações”, apresentam-se questões introdutórias acerca de como os mapas e as representações do espaço atuam como produtores de narrativas, as quais são atravessadas por dimensões políticas e interseccionais que, de certo modo, definem quais vozes devem ou não serem ouvidas, contribuindo, assim, para a produção de silêncios e ausências estruturais tanto na Geografia quanto na Cartografia. Nessa perspectiva, busca-se reafirmar a dimensão social do espaço geográfico, com ênfase nos sujeitos subalternizados nesse espaço heterocisnormativo como as travestis, reconhecendo-os como constituintes do espaço geográfico e destacando a importância das imagens, representações e mapas no campo da Geografia que se orienta por uma perspectiva de gênero e sexualidades.

Na segunda seção, com o título “A Cartografia não está morta e tampouco as travestis: quando os mapas dialogam com as geografias das vidas”, discute-se como as travestis podem inscrever suas experiências, seus planos e sonhos no espaço geográfico, mobilizando as representações cartográficas a fim de mapear suas existências. Com esse propósito, são

apresentados, como resultados, os três mapas vivenciais elaborados colaborativamente entre pesquisador e as interlocutoras da pesquisa (Gaby, Fellipa e Clara).

Na terceira seção, intitulada “Entre trânsitos e movências constantes: espaço urbano e as vidas travestis em Goiânia”, pretende-se refletir sobre: quais espaços da cidade convidam à paragem; que ambientes estimulam a mobilidade ou formam barreiras com limites rígidos e fluxos preestabelecidos; quais lugares permitem sentidos de pertencimento, segurança e promovem o convívio e; qual é a cidade, “a Goiânia”, que compõe as narrativas das travestis. Desse modo, ao final, foi possível delinear algumas notas introdutórias para carto(grafar) com vidas trans e travestis.

## **CAPÍTULO 1 - OS SUJEITOS AUSENTES E OS SILÊNCIOS DOS MAPAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

Inicialmente, optou-se por discutir questões introdutórias sobre como os mapas e as representações do espaço são produtores de narrativas, as quais são atravessadas por questões políticas e interseccionais que ditam, de certo modo, quais vozes devem ou não serem ouvidas, isto é, colaborando na produção de silêncios e ausências estruturais tanto na Geografia quanto na Cartografia. Nessa enseada, buscou-se reafirmar a dimensão social do espaço geográfico, reconhecendo as travestis como constituintes do espaço geográfico, como agentes transformadores deste.

### **1.1 As travestilidades como constituintes do espaço geográfico**

Abordar questões relativas às identidades travestis sem contextualizar a posição que a travestilidade ocupa na sociedade brasileira exige atenção, tornando-se fundamental identificar a percepção social construída no passado para a compreensão do presente. Nesse sentido, o referencial adotado fundamenta-se em Jesus (2012; 2018; 2019), York; Oliveira e Benevides (2020) e em Moira (2023), em virtude da relevância de suas produções, bem como de suas posições enquanto pesquisadoras trans/travestis.

A fim de compreender melhor a percepção social no passado, torna-se necessário recorrer à noção de memória, pois, conforme aponta Jesus (2019, p. 254) “Para termos consciência de quem somos precisamos de memória, de ter conhecimento de nossa história, de onde viemos, de que a nossa população lutou, e morreu, para que tivéssemos os mínimos direitos dos quais hoje gozamos”. Amparados pela autora, bem como por Luiz Mott (1985; 2005), retoma-se os registros da existência de Xica Manicongo, conhecida atualmente como a primeira travesti da história do Brasil.

Xica, natural do Congo, registrada oficialmente como Francisco, foi escravizada nos idos do século XVI, em Salvador, então capital da colônia portuguesa. Xica detém uma história de resistência, sofrendo preconceito e perseguição por “sodomia” pelas visitas da Santa Inquisição. Segundo Amara Moira (2023), em seu estudo sobre a dissidência sexual e de gênero no Brasil Colônia, a sodomia designava práticas dissidentes de gênero e sexualidade e era um dos piores crimes que se poderia cometer na época, de modo que a

punição prevista seria a de morte na fogueira, para que nunca se tivesse memórias dos corpos dissidentes, com o objetivo de apagar tais existências.

Outrora, vale reiterar que, na visão de Katz (1996), a sodomia é entendida como um conjunto de práticas sexuais proibidas, e não como uma identidade, uma vez que não se trata de quem as pessoas eram, mas sim do que elas faziam. Antes do surgimento das categorias modernas de “heterossexual” e “homossexual”, a sociedade ocidental não classificava as pessoas pela orientação sexual, mas sim pelos atos que cometiam, como masturbação, bestialidade, relações anais, sexo entre pessoas do mesmo sexo etc. Logo, essa visão de Moira (2023) dialoga com o olhar que se começa a ter em meados dos séculos XVIII e XIX, quando passam a medicalizar o sexo, transformando práticas em tipos de pessoas e identidades.

Nessa direção, a história brasileira revela-se fundamental na formação da identidade travesti tal como é conhecida, nas palavras de Oliveira (2017, p. 13): “No país, a expressão de gênero feminina e a posterior adoção de uma identidade travesti está intimamente ligada à história do teatro, uma vez que a proibição de que mulheres atuassem nos palcos possibilitou o surgimento de atores que se especializavam em representar papéis femininos”. Jesus (2018) reitera essa visão ao destacar que, no Brasil, ocorriam os bailes de “travestis” no século XIX – marinheiros que chegavam ao Rio de Janeiro dançavam, em momentos de lazer, com “homens vestidos de mulher”, já que as mulheres não podiam dançar em eventos como estes.

Sem a pretensão de apresentar uma cronologia da existência travesti no Brasil, é importante reconhecer que, no transcorrer dos anos, a concepção de uma identidade travesti foi sendo moldada gradativamente nos processos históricos e espaciais da formação da sociedade brasileira. Nesse contexto, essas pessoas resistiram ao estigma e à violenta política de higienização e reforma urbana, sendo frequentemente vítimas da exclusão e repressão.

Antes de avançar, torna-se necessário esclarecer: o que é ser travesti? Para Sara Wagner York; Megg Rayara Gomes Oliveira e Bruna Benevides (2020, p. 2) essa “[...] palavra se vincula à luta, à resistência, à dignidade e a uma potencialidade política e contestatória. Uma palavra feminina, um substantivo feminino [...]”. Para Vilhas (2023, p. 257-258), “há travestis que se definem como mulheres enquanto outras se definem enquanto homens, quase-mulher, bicha travesti, trava, nem homem nem mulher, homem e mulher, mulher travesti ou mulher de peito e pau”.

Sob a ótica de Jesus (2012, p. 27), travesti é aquela “pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero”.

Ao contrário do imaginário do senso comum, ser uma travesti é o reconhecimento de um outro corpo possível, legítimo, além daquele normatizado. É a constituição de uma identidade real (quando apresenta materialmente seu corpo), social (quando transita entre os espaços) e política (quando reivindica direitos – de fato e de direito). Essa mesma identidade social, que é produtora de cultura, rompe com os signos binários estáticos e expressa-se como pertencente ao gênero feminino (York; Oliveira; Benevides, 2020, p. 2).

Assim, a adoção do termo “travestilidades”, no plural, torna-se mais adequado ao referir-se às identidades travestis, uma vez que evidencia as múltiplas subjetividades e o aspecto interseccional que essas identidades carregam. Ressalta-se a importância de, ao referir-se a elas, deve-se sempre usar o artigo “a”, enquanto palavra feminina, já que essa é a forma respeitosa de tratamento (Jesus, 2012). No Quadro 1 apresentamos alguns conceitos pertinentes a esse tema de pesquisa.

**Quadro 1 – Quadro conceitual (transexual, transexualidade, transhomem/transmulher e travesti)**

CONCEITO	DEFINIÇÃO
TRANSEXUAL	Pessoa que possui uma identidade de gênero oposta ao sexo designado (normalmente no nascimento). Geralmente usa hormônios, mas há exceções. Nem toda pessoa transexual deseja fazer cirurgia para mudança de sexo (Tourinho <i>et al.</i> , 2017, p. 17).
TRANSEXUALIDADE	Refere-se à condição do indivíduo cuja identidade de gênero difere daquela designada no nascimento (Tourinho <i>et al.</i> , 2017, p. 17).
TRANSHOMEM HOMEM TRANS	Pessoa que possui sexo biológico de mulher, mas se identifica como homem (Tourinho <i>et al.</i> , 2017, p. 17).
TRANSMULHER MULHER TRANS	Pessoa que possui sexo biológico de homem, mas se identifica como mulher (Tourinho <i>et al.</i> , 2017, p. 17).
TRAVESTI	Identidade histórico-política, construída socioculturalmente, da pessoa que é designada como sendo do sexo masculino, transiciona do masculino ao feminino e vive 24 horas no gênero feminino. Geralmente usa hormônios e faz modificações no corpo através de intervenções cirúrgicas, não sendo as mesmas uma regra (Tourinho <i>et al.</i> , 2017, p. 17).

Fonte: Tourinho *et al.*, 2017

Retomando a existência travesti, compreende-se que ela é cercada por uma multiplicidade de processos, que abrangem desde aqueles ligados às preocupações com o corpo – por mais que a autoidentificação como travesti não necessariamente pressupõe

determinadas intervenções no corpo – até aqueles processos ligados às prescrições e condutas de comportamentos socialmente acordados como femininos.

Ademais, fica evidente que “ser travesti” é um fazer-se constante e, atrelado a essa questão, é mister questionar: quais são os espaços das travestis na contemporaneidade? O que a Geografia tem a dizer sobre elas? Nesse sentido, ao buscar o entendimento da travestilidade como componente do espaço geográfico, faz-se necessário discutir, em um primeiro momento, o espaço, principal categoria de análise da Geografia.

Partindo da conjectura de que a materialização da sociedade e de toda a existência humana é expressa no espaço geográfico, é importante encará-lo como uma dimensão fundamental da vida das sociedades. Uma maneira interessante de enunciar a inseparabilidade das relações sociais do espaço geográfico é apresentado por Lévy (1994, p. 48), ao afirmar que a Geografia “[...] nos permite compreender que o ser [...] não se encarna numa configuração, nem se recolhe no lugar, ele é desde sempre também espacial”.

Segundo Santos (1978), o espaço seria como as demais instâncias ou estruturas sociais, assim como a instância econômica, a político-jurídica e a ideológica. Cientes de que o espaço “é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais” (Santos, 2012, p. 78), ou seja, é um espaço cuja “natureza” é ser social (Fonseca, 2004), há de se conceber que nem toda a sociedade e suas espacialidades esteve expressa no conhecimento geográfico, como os sujeitos que são dissonantes do padrão espacial discursivo heterossexual.

Isso acontece porque o espaço detém um importante papel enquanto vetor e reproduzidor das normas sociais relacionadas ao gênero e às sexualidades (Borghi, 2015). Para Silva (2013), a natureza de gênero e sexualidades do espaço social é naturalizada pela heteronormatividade, ideia biológica de linearidade entre sexo, gênero e desejo, e, partindo dela, produz a hegemonia espacial heterossexual, tida como normal e neutra. Nessa vertente, enquanto componente social e dimensão espacial, tem-se a cisheteronormatividade, compreendida como “[...] o estabelecimento da cisgeneridade como expressão padrão de gênero, e da heterossexualidade como padrão de sexualidade, ambas inscritas em um discurso de neutralidade” (Almeida, 2019, p. 21).

Logo, instaura-se uma ordem que dita o espaço, de modo que os corpos julgados normais e neutros podem ser onipresentes e desenvolver qualquer espacialidade, enquanto certos corpos que são marcados como sendo diferentes ou marginais acabam sendo associados com locais particulares (Silva, 2008). Isso, em parte, é consequência dos privilégios de sexo e

raça que perduram desde o fazer geográfico hegemônico, ou seja, o campo de produção científico da Geografia é majoritariamente ditado por pessoas com um determinado perfil social e também reflete, em certa medida, os anseios desse perfil (Silva, 2009).

Tais privilégios “[...] dificultam a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante” Silva (2009, p. 26). A partir dessa questão, amparados em Vi Santos Almeida (2019), em sua dissertação intitulada “*Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo*”, colabora com o pensamento de uma produção do espaço que seja marcado pelo gênero e pela sexualidade, pontuando o espaço como um produtor de discursos de normalidade sexual e de gênero.

Em sua pesquisa, a geógrafa problematiza, ainda que brevemente, o saber espacial de uma travesti, revelando como, muito facilmente, as pessoas tendem a falar da rua em que essa viria a trabalhar, pressupondo que a travestilidade está associada a serviços sexuais. “Não reconhecemos as geografias das travestis porque, no sistema sexopolítico normativo, o espaço reservado para as suas vidas é aquele do desconhecimento, da marginalização” (Almeida, 2019, p. 68).

Como o poder se espacializa? Podemos entender o espaço como um campo de vigilância de gênero. Nele, se instalam as ferramentas para garantir a normalidade e o seu oposto. Aceitar que a rua é o espaço da travesti ou, em casos muito raros, que um travesti pode trabalhar formalmente em uma empresa (na limpeza, na alimentação, na comunicação, mas nunca na gerência) são duas faces de um mesmo discurso: o espaço de uma travesti não é o espaço que uma vida precisa para ser boa. Além disso, a reprodução dessa situação faz parte da vigilância do controle desse corpo e de sua espacialidade” (Almeida, 2019, p. 68-69).

A existência travesti, ao longo do desenrolar da vida, é atravessada por espaços interditos (Silva, 2013), de modo que suas existências relacionam-se a processos de exclusão e de acolhida, a partir de formas contraditórias e complementares. Nessa conjuntura, as espacialidades como a casa, a escola, a vizinhança, que em termos deveriam acolher, na sua grande maioria acabam refutando e excluindo; enquanto em outros espaços, como os *underground* – rua, boates e pensões – a existência travesti pode ser valorizada. Esse fator espacial, além de compor, revela a multidimensionalidade das espacialidades travestis (Ornat, 2012) e, assim, também destaca o fato de essas identidades serem produzidas de forma interseccional através das espacialidades ou em relação a elas.

Tecer discussões sobre as espacialidades dos sujeitos dissidentes na Geografia é uma tarefa, no mínimo, ousada e que desperta opiniões diversas, especialmente quando se focaliza na inteligibilidade das travestilidades como componente do espaço geográfico. Afinal, o estigma, a violência e a discriminação são, infelizmente, elementos constituidores dessas identidades no Brasil. País que, além de ter fortes heranças de uma política de dominação, dos impactos do racismo, do sexismo, da exploração de classe e da colonização (Mbembe, 2016), pelo 17º ano consecutivo, lidera o *ranking* dos países mais violentos para a sobrevivência trans, com 30% do total de casos de assassinatos (Nogueira; Araújo, 2025).

Ressalta-se que esta prevalência da marginalização e da violência contra as travestis instaura-se como tema no meio acadêmico. A partir do levantamento de pesquisas identificadas como Geografias de Espaços e Espacialidades *Queer* ou, Geografias de Gênero e Sexualidades, realizadas por Spindula, Name e Moassab (2020), pode-se sintetizar os temas dos respectivos estudos em duas linhas gerais: aqueles que tem o foco nos corpos dissidentes a partir do viés da sexualização e prostituição e aqueles que enfatizam o aspecto da violência e exclusão.

É, sobretudo, nesses dois cenários que se observa a presença das travestis enquanto objeto de estudo, sendo ainda escassas as produções que consideram a especificidade e a complexidade das vidas e da existência dessas sujeitas. Atrelado a essa questão, ou como consequência dela, persiste a resistência da cisgeneridade acadêmica em relação ao tema.

No contexto brasileiro, as discussões sobre travestilidades e questões trans, nas áreas de Antropologia e Ciências Humanas, começaram a se desenvolver apenas no final da década de 1980, primeiro em pesquisas realizadas por pessoas cisgêneras e, nos últimos dez anos, por pesquisadoras trans (Nascimento, 2024). A produção geográfica sobre as travestilidades acompanha o desenvolvimento da Geografia de gênero e sexualidades, campo que ganha maior visibilidade no país na virada dos anos 1990 para os anos 2000 no ambiente acadêmico (Faria, 2018), impulsionado pelo aumento da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e pelo expressivo crescimento de pesquisas que passaram a considerar gênero e as sexualidades como temáticas centrais (Ratts *et al.*, 2016).

É importante ressaltar que a disseminação destes estudos relacionados aos temas de gênero, mulher e sexualidades ocorreu, principalmente, a partir de teses e dissertações de instituições universitárias de tradição mais recente, como a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em Presidente Prudente (UNESP), e a Universidade Federal de

Rondônia (UNIR), nas quais o poder é mais difuso e os programas de pós-graduação nesta área têm maiores possibilidades de prosperar (Silva et al., 2013).

Esse fator termina por subverter a ideia de que a inovação emerge nos grandes centros de produção científica, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), instituições tradicionais nas quais esses temas não se expandiram de forma tão expressiva inicialmente (Silva et al., 2013; Monk, 2011).

Reitera-se que a abordagem das travestis na Geografia brasileira deu-se, em um primeiro momento, com os estudos feministas, liderados inicialmente por mulheres cis e, mais recentemente, também por geógrafas trans/travestis. Dentre essas geógrafas, destacam-se as produções de Joseli Maria Silva, que desempenha, em sua carreira acadêmica, um papel fundamental na ampliação dos horizontes epistemológicos da Geografia, apresentando os desafios de abordar grupos marginalizados e refletindo sobre diferentes metodologias de pesquisa neste campo.

Neste prisma, Silva (2013), ao adotar uma lente interseccional, articulando gênero, sexualidade, classe, raça e outros marcadores da diferença, aponta meios para que a Geografia brasileira reconheça caminhos epistêmicos outros/subversivos, entre eles, aqueles que envolvem sexualidades dissidentes e corpos trans/travestis.

Dentre sua vasta produção acadêmica, sua obra “Geografias Malditas” (2013) se destaca, de modo que na primeira seção – Geografias travestis, por elas mesmas –, a autora inclui histórias de vida narradas por quatro travestis, sendo cada relato um capítulo: “A geografia de uma travesti é uma barra, é matar um leão a cada dia” (Débora Lee); “O que mais me marcou na vida é ser barrada e não poder entrar nos lugares” (Leandra Nikaratty); “A vida da travesti é glamour, mas também é violência em todo lugar” (Fernanda Riquelme) e “Vida de travesti é luta! Luta contra a morte, luta contra o preconceito, luta pela sobrevivência e luta por espaço” (Gláucia Boulevard). Ao trazer essas narrativas autobiográficas, nas quais as travestis relatam suas vivências diárias e seus cotidianos vida no/do espaço, Silva (2013) contribui rompendo com o olhar externo e, muitas vezes, estigmatizante, que a academia costuma impor a essas sujeitas.

Nessa perspectiva, Silvana Nascimento (2024) evidencia o fato de que essas pesquisas no campo das Ciências Humanas, incluindo a Geografia, acabavam por reforçar a forte associação das travestis com a prostituição, tema que, a partir de 2015, vai perdendo espaço nas publicações que envolvem a temática trans. Esse processo ocorre “[...] de um lado, à expansão e ao fortalecimento do campo dos estudos de gênero e sexualidade e, de outro, ao

surgimento de uma significativa produção de autores que se identificam como trans em pesquisas acadêmicas e literárias” (Nascimento, 2024, p. 29).

Sem a pretensão de realizar uma análise pormenorizada da abordagem de gênero e sexualidade na Geografia, é relevante destacar que não restam dúvidas de que as travestilidades resistem ao padrão espacial cisheterossexual e às interdições espaciais por ele impostas. Nesse sentido, torna-se fundamental o reconhecimento de sua dimensão social no espaço geográfico, possibilitando a construção e a inscrição de outros caminhos e agendas, inclusive no campo da pesquisa geográfica.

## 1.2 Uma Cartografia sobre gênero e espaços – A travestilidade

Uma das direções profícuas para se pensar a relação entre identidades e espacialidade é por meio da Cartografia. Por isso, adotar-se-á a definição de mapa apresentada por Harley e Woodward (1987, p. xvi): “Mapas são representações gráficas que facilitam a compreensão espacial das coisas, conceitos, condições, processos ou eventos no mundo humano”. Trata-se de uma concepção ampla, na qual é possível contemplar a interseção entre espaço, gênero e sexualidades.

A principal preocupação da história da cartografia é o estudo do mapa em termos humanos. Como mediadores entre um mundo interno mental e um mundo físico externo, mapas são ferramentas fundamentais que auxiliam a mente humana fazer sentido de seu universo em várias escalas. Mais que isso, eles são indubitavelmente uma das mais antigas formas de comunicação humana (Harley, 1987, p. 1, tradução nossa).

O fato de ter nessas primeiras frases escritas a concepção de Cartografia que se objetiva seguir neste estudo, parte-se do insuficiente e quase inexistente diálogo desse campo com os estudos que analisam o espaço a partir dos conceitos de gênero e sexualidades, tanto nas produções brasileiras como nas estrangeiras. E, quando existe alguma relação “[...] trata-se da apresentação de mapas com delimitações político-administrativas das áreas de estudo ou com a localização de pontos de encontro e lazer de gays e lésbicas (Almeida, 2018, p. 1).

Com isso, há nessas representações temas que envolvem a diversidade e seus sujeitos, ou melhor, que os “espacializam” a partir de modos cartesianos de mapear, pautados em sensibilidades cisheteronormativas. Para Almeida (2018, p. 3), pesquisadora de grande importância no campo das Cartografias *Queer* “[...] tais representações são usadas ora como

produto final da análise geográfica, ora como suporte para o discurso principal (o texto verbal), o que é muito aquém do que um mapa pode oferecer”.

Mediante o exposto, observa-se que a prática de uma Cartografia travesti é algo quase inimaginável. Isso porque tais sujeitas, como já apontado por Almeida (2019), não possuem suas geografias reconhecidas, a não ser a partir de quadros que relegam suas vidas ao desconhecimento, marginalização e/ou à prostituição. Logo, como consequência, é notória a invisibilidade desse grupo social nas imagens e representações do espaço que envolvem o saber cartográfico.

O espaço é o meio pelo qual alguém se faz aparecer. E é no espaço também que alguém se torna invisibilizado, porque não poder estar em um espaço é também uma condição de existência, nesse caso, uma existência abjeta. Um sujeito cuja performatividade é reconhecida, deve ser visível no espaço, pois faz parte dele dessa forma (Almeida, 2019, p. 68).

No contexto dos processos de invisibilização espacial das existências abjetas, é mister acrescentar aqui que os mapas resultam de disputas discursivas. Nos discursos produzidos por meio das imagens “[...] a invisibilidade pode ter efeitos tão poderosos quanto a visibilidade” (Rose, 2001, p. 157-158), assim como os mapas podem dizer muito através dos seus silêncios (Harley, 2009).

Se se “é possível ler a sociedade por meio de seus mapas” (Girardi, 2000, p. 43), talvez a escassez de mapas que representam vidas trans sirva como resposta à invisibilidade espacial e cartográfica que essas pessoas sofrem. Logo, segundo Harley (2001), mais importante do que procurar o que um mapa enfatiza é procurar o que ele omite, de modo que o esforço esteja em entender o porquê de determinados silêncios. A invisibilização das travestis nos mapas implica em silêncios os quais não só instauram mas também revelam, basicamente, um regime visual transfóbico, além de racializante na Cartografia. Afinal, trata-se de pessoas com uma existência questionada e estigmatizada, podendo brutalmente desaparecer.

Portanto, se não se reconhece a humanidade da travesti ou ter uma leitura da sua vida enquanto vivível, não será possível conhecer seus saberes espaciais e tampouco tê-las como sujeitas participantes de processos de mapeamento. Nesse prisma, de acordo com Almeida (2019, p. 68) “[...] Devemos perguntar por que as pessoas estão onde estão, de que forma se dá sua existência e ocupação e se elas poderiam estar em outros lugares para entender qual é o

limite das possibilidades relacionais dos sujeitos abjetos para, então, conhecer seu saber espacial”.

Nessa conjectura, é a partir da visibilidade e invisibilidade, das presenças e das ausências que os mapas ajudam a legitimar (ou não) vidas. Dessa forma, observa-se que o mapa acaba agindo como um instrumento de existência e, no caso das travestis e dos demais sujeitos subalternizados na sociedade, mapear é lutar por existir de outras formas, em outros traçados e sentidos. Mapear deve indubitavelmente ser um direito.

Assim, a crítica à representação cartográfica, ou seja, de uma Cartografia que invisibiliza corpos que fogem do padrão cisheterossexual, exige reflexões críticas sobre suas narrativas, perpassando as dimensões políticas dos silêncios e das ausências dessas representações. Essa questão instiga a refletir sobre as visões de mundo, afinal, a visão de mundo que os mapas passam é uma visão de mundo coletiva ou individual? A quais interesses e sujeitos os mapas servem?

Até o surgimento da Cartografia Social, no início da década de 1990 no contexto latino-americano, os mapas eram vinculados a visões institucionais (sobretudo do Estado, com os mapas de levantamento de terreno e os Atlas, por exemplo). Com a popularização dos meios cartográficos e, principalmente, com a privatização do mapeamento, a produção cartográfica passou a assumir um caráter individual mas ainda hegemônico – fenômeno semelhante ao que ocorre com as redes sociais atualmente. A solução, portanto, seria a apropriação do mapeamento pelos mais diversos grupos sociais, ou seja, uma perspectiva menos “carto” e mais “gráfica”, menos conteúdo técnico e mais linguagem (Seeman, 2003).

Na cartografia praticada até a virada do milênio era, prioritariamente, dada ênfase ao conteúdo e aos aspectos técnicos do mapa. Os adjetivos revelam isto: urbana, temática, náutica, topográfica, sistemática, matemática [...]. Naquele momento, a ordem do dia era a busca pela eficiência da imagem cartográfica para aplicações diversas (Girardi, 2021, p. 72).

Girardi enfatiza que essa mudança se consolida a partir dos anos 2000, em um cenário no qual a questão central deixa de ser apenas “como” mapear, e passa a ser “para quem” se mapeia ou poderia mapear, evidenciando um deslocamento de foco do objeto para o sujeito. Esse movimento revela o quanto os estudos cartográficos na Geografia permaneceram, por longo período, centrados na técnica de mapeamento, atribuindo pouca relevância para os sujeitos sociais (Girardi, 2021).

Esse foco nos sujeitos sociais motiva a perceber, cada vez mais, as travestis como autoras e cartógrafas de si, ou seja, não meramente como “objeto”, mas como sujeitas da cartografia, ampliando as possibilidades de representar o que normalmente é irrepresentável nos mapas convencionais (Mignolo, 2000), minimizando os silêncios de suas experiências e trajetórias socioespaciais.

### **1.3 Da Cartografia (cis)temática à (trans)formação dos mapas**

O uso da grafia dos termos (cis)temática e (trans)formação no título dessa sessão assume a existência, bem como tece uma crítica, a um saber cartográfico naturalizado e fechado a possibilidades outras. Faz uso dos parênteses para evocar dois sentidos, um que destaca a relação do fazer cartográfico cartesiano em nome da Cartografia sistemática, bem como a cisgeneridade acadêmica que, por muito tempo, solidificou esse saber; e outro, utilizando o termo “trans” em relação a invisibilidade das transgeneridades nos mapas e, especialmente, a sua potência para tensionarmos a cartografia hegemônica em busca de visibilidade e reconhecimento desses sujeitos sociais enquanto agentes mapeadores.

Logo, partindo da premissa de que o mundo apresenta uma forma de ser (binária) e uma forma cartesiana de cartografar, as cartografias propostas neste estudo requerem tensionamentos tanto do binarismo quanto do cartesianismo compreendidos, respectivamente, como forma de viver e mapear. Nesse sentido, existem formas não hegemônicas de ser, estar e representar o espaço.

É um duplo rompimento de padrões que exige coragem e, como qualquer rompimento, gera também resistência. A questão central é que esse processo não é uma soma da visão de mundo “não cis” com a visão de mundo “não cartesiana”. Trata-se, na verdade, de um produto – no sentido de multiplicação – resultante da articulação entre uma leitura de mundo a partir da não cisonormatividade e uma forma não cartesiana de representá-lo.

Esse processo é uma tarefa árdua, pois não há produções nesse campo, uma vez que a proposta vai além de buscar simplesmente o resultado, mas também de servir como o início de um caminho a ser percorrido. Reconhece-se que tensionar uma concepção de espaço, de representação cartográfica e de classificação de gênero pode suscitar controvérsias, sobretudo quando se propõe reexaminar a abordagem espacial. Portanto, reafirma-se, mais uma vez, que a intenção aqui não é abandonar o tradicional sistema cartesiano, mas compreender a possibilidade de incorporar outras espacialidades e suas relações internas, a partir das

discussões de gênero. Assim, se o mapa pode operar na produção e manutenção de existências hegemônicas, também pode ser utilizado na construção de outras existências, daquelas vidas e dos corpos que não cabem na régua do saber naturalizado e das coordenadas impostas pelo poder.

Diante dessa questão, torna-se pertinente atenuar a força das naturalizações nas práticas cartográficas, com o intuito de revelar realidades até então invisíveis ou inimagináveis (Corner, 1999). Nesse sentido, questiona-se: Além do espaço geométrico euclidiano, haveria outra concepção de espaço para apreender e representar a complexidade das espacialidades que cerceiam a existência travesti?

Ousadamente, pode-se afirmar que existem outras concepções de espaço e meios alternativos na Cartografia, mas estes são pouco conhecidos e/ou até mesmo marginalizados pelo paradigma euclidiano (Almeida, 2018). Tal questão está condicionada à necessidade de reafirmar a natureza humana e não apenas matemática da Cartografia.

Ademais, não há dúvidas de que, mesmo diante da resistência, o reconhecimento de outras formas de mensuração e representação como legítimas constitui uma prática necessária na Cartografia contemporânea e entre os sujeitos que elaboram mapas, uma vez que não há uma única forma de saber, de ver e de representar o espaço (Pile; Rose, 1992). Portanto, a (trans)formação dos mapas pode ocorrer a partir de um movimento orientado pela busca por novas interpretações e significações do fazer cartográfico, de modo que seu uso não se restrinja à localização com ênfase na quantificação (Girardi *et al.*, 2011).

Nesta acepção, torna-se necessário ir além da mera localização. A proposta consiste em adotar um modelo de acréscimo que possibilita não somente a absorção de outras concepções espaciais, mas também de outras simbologias e outros grafismos para além do “[...] mundo cristão, eurocêntrico, patriarcal, racional, cartesiano” (Breda, 2021, p.15), sem restringir-se unicamente às regras e às convenções. Este viés propositivo refere-se ao uso de linguagens não convencionais, de modelos e formas alternativas de representação, como a cartografia social.

Enquanto a cartografia convencional privilegia o espaço euclidiano, o território enquanto estado-nação, a precisão e a pretensa neutralidade, a cartografia social prioriza o espaço vivido, percebido e concebido, o território e as questões de territorialidade das comunidades e dos grupos sociais envolvidos no mapeamento. O conteúdo dos símbolos e o posicionamento político são tomados como princípio (Gomes, 2017, p. 101).

É justamente sob este prisma que se deve refletir sobre a (trans)formação dos mapas. Ao propor este duplo tensionamento, encontra-se amparo na ideia de que o mapa “[...] pode (e deve), conter elementos que o abram para novas possibilidades; deve, em seus processos de produção e leitura, ativar memórias, sensações, imaginações e sensibilidades no modo como o espaço é experimentado e experienciado” (Girardi, *et al.*, 2011, p. 7). Ao explorar essa dimensão com as travestis no âmbito da Cartografia, torna possível um fazer cartográfico mais colaborativo e acessível, menos autorreferente.

De acordo com Lois (2015), os mapas não devem ser compreendidos apenas como produtos técnicos, mas como instrumentos cognitivos e culturais carregados de simbolismo e expressividade. A autora destaca que a cartografia ultrapassa a função de representação literal do espaço, configurando-se como uma forma de ver o mundo e de organizar o pensamento.

Por fim, o uso de recursos e meios alternativos da Cartografia para comunicar e registrar as trajetórias geográficas individuais das travestis contribui para amplificar suas vozes no processo de demarcação de suas existências. Trata-se de um processo que envolve múltiplos contextos sobrepostos, tais como os de natureza educacional, social, econômico, político e familiar.

## **CAPÍTULO 2 – A CARTOGRAFIA NÃO ESTÁ MORTA E TAMPOUCO AS TRAVESTIS: QUANDO OS MAPAS DIALOGAM COM AS GEOGRAFIAS DAS VIDAS**

Nesse capítulo, discute-se como as travestis podem inscrever suas experiências, planos e sonhos no espaço geográfico, mobilizando-se as representações cartográficas para o mapeamento de suas existências. Para tanto, são apresentados, como resultados, três mapas vivenciais elaborados de forma colaborativa entre pesquisador e as interlocutoras da pesquisa: Gaby, Fellipa e Clara.

### **2.1 Mapas vivenciais das travestis**

A Cartografia é uma forma de se colocar no mundo e os mapas são evidências de vidas e práticas espaciais das pessoas (Seemann, 2012). Se os mapas são representações de visões de mundo, sujeitos e experiências, quem são tais sujeitos? Se o mapa é uma representação do espaço e se se sabe que o espaço é mediado com e pelo corpo, ou melhor, realidades

corporificadas, quais corpos estão presentes em um mapa? Se os mapas são um meio de imaginar, articular e estruturar o mundo, que mundo é esse que pouco foi dado às travestis?

Kwan (2007), em seu artigo “*Affecting geospatial technologies: toward a feminist politics of emotion*”, ressalta a omissão do corpo nas práticas das tecnologias de representação do espaço. Nesse prisma, Almeida (2019), em consonância com as ideias da autora, afirma que:

Para ela, isso é algo que ocorre em dois sentidos: primeiro, não há espaço para a expressão das “subjetividades, emoções, sentimentos, paixões, valores e éticas do praticante (quem mapeia)”; segundo, há uma descorporificação nos mapas, na medida em que “os corpos são frequentemente tratados como simples coisas, como pontos em mapas, ou mesmo como se não existissem” (Almeida, 2019, p. 181-182).

Esse processo de desumanização que exclui a subjetividade e que marginaliza a emoção perpassa por uma questão de gênero. Nesse sentido, no processo de inserção dessas sujeitas, evidencia-se a necessidade de reconhecer suas diferentes localidades, mobilidades e contextos em um espaço social desigual, marcado pela cisheterossexualidade e que produz uma segregação socioespacial, restringindo as possibilidades para que as travestis possam inscrever suas experiências, seus planos e sonhos no espaço.

Em consonância com os tensionamentos discutidos anteriormente, o mapeamento vivencial permite reconhecer o protagonismo de travestis que vivem em Goiânia ao enunciar a espacialização de suas vidas, por meio de imagens que se mostram mais expressivas e simbólicas do que os mapas da violência.

Tal elaboração de mapas vivenciais “[...] não pode ter apenas a mera condição figurativa, isso porque rompe com a planificação cartográfica ao assumir uma condição humana que não se esgota e não se encerra em discursos únicos e universais” (Lopes; Costa; Amorim, 2016 *apud* Lobato; Tavares; Silva, 2022, p. 10). Ademais, esse fazer cartográfico deve seguir uma criticidade espacial que parte da

[...] compreensão que nossas trajetórias no espaço geográfico não são resultado de um mero determinismo geográfico, mas sim, de uma combinação de nossas escolhas, assim como de uma condição desigual espacial que é produto das relações sociais de produção em sentido amplo (Lobato; Tavares; Silva, 2022, p. 4).

No caso das travestis, essa condição se expressa de forma latente, já que essas pessoas sofrem interditos espaciais (Silva, 2015) desde a sua mais tenra idade. As exclusões

perpassam desde as esferas familiar e escolar até as dimensões laborais e sociais. Destarte, as interdições espaciais relegam as travestis aos cenários de desumanização e precariedade em guetos e periferias, restando, muitas vezes, o espaço da rua como uma possibilidade, associada à prostituição e ao drogadicídio. Em decorrência, as cidades passam a adotar atributos higienistas, se tornam espacialmente seletivas e socialmente excludentes em relação a esses corpos transgressores (Ataides Junior, 2023).

Pensar a existência travesti implica em encará-la como um modo de estar no mundo, que é atravessado, constituído e transformado pelos afetos. Para Deleuze e Guattari (1972, 1980), os afetos são componentes centrais da existência, são eles que nos tiram do lugar fixo e nos fazem existir de outras formas, criando novos modos de vida. Nessa vertente, Rolnik (2006; 2018) expõe a ideia de que o corpo é um arquivo sensível de afetos, traumas, desejos e memórias, de modo que a existência assume um caráter afetivo e político.

As travestis produzem saberes sobre os lugares e espaços que desafiam os discursos normativos sobre mobilidade, moradia, lazer, segurança etc. Estes corpos afetam e são afetados pelas forças do entorno. Assim, os mapas vivenciais e afetivos são bem-vindos por sua pessoalidade e alteridade, sendo uma ferramenta metodológica que explora a dimensão subjetiva dos sujeitos, bem como suas interfaces emocionais, simbólicas e políticas.

Diante dos processos estruturais de silenciamento a que pessoas travestis são submetidas, e que se refletem também nos processos de mapeamento, as representações colaborativas encontram eco na medida em que envolvem múltiplos autores em sua produção, enquanto agentes produtores de suas respectivas realidades, apresentando potencial para desestabilizar o discurso territorial único. Para Girardi e Coelho (2021, p. 1848), “este modo diferenciado de produção imagética permite às pessoas criarem outros referenciais de mapeamento e de espaço que não são aqueles normalmente encontrados nos mecanismos tradicionais”.

As travestis não são sujeitas sociais menores ou incapazes de saber, decidir e conhecer suas próprias histórias de vida. É fundamental produzir, junto a elas, essas representações dos mapeamentos colaborativos, tornando-se uma ferramenta que viabiliza “[...] a capacidade da comunicação, do afeto, das relações sociais, das novas conexões, da interação, da cooperação e do compartilhamento de um ou vários ideais [...]” (Tavares *et al.*, 2016, p. 46). Portanto, deve-se ter claro que as travestis não apenas produzem espaço, mas, sobretudo, encontram a possibilidade de produzir as suas versões dele.

## 2.2 Os mapas vivenciais de quem existe como ser criativo

São apresentadas, a seguir, as representações elaboradas de forma colaborativa entre o pesquisador e as interlocutoras. O resultado consiste em uma Cartografia singular, atenta a linguagens e meios de expressão gráfica menos recorrentes nos mapas, acolhendo as experiências espaciais, os afetos e a existência de cada participante da pesquisa.

Nesse sentido, cabe ressaltar, de antemão, que as representações elaboradas de forma colaborativa neste estudo configuram-se como mapas vivenciais, ainda que tais imagens possam ser interpretadas como croquis ou desenhos à luz do paradigma cartográfico hegemônico. Trata-se da proposição de formas de representação do espaço a partir das vivências de travestis, fomentando um exercício de protagonismo na reimaginação e reconstrução do espaço vivido.

Logo, o foco dessa cartografia:

[...] é a compreensão das singularidades do sujeito ao olhar o mundo, produzir significados e compreender suas vivências espaciais por meio de artefatos cartográficos produzidos que vão muito além da clássica noção de representação do real, mas, sobretudo, traçados de encontros geracionais e criadores, fazedores de histórias e geografias outras (Lopes; Costa, 2023, p. 327).

Ao propor registros das “Goiânias” vividas por cada uma das colaboradoras, busca-se evitar que suas memórias e vivências sejam esquecidas ou apagadas. Trata-se de um modo de recuperar a ancestralidade travesti, por meio de um movimento de produção cartográfica mediada pelo afeto, entendido como dimensão de humanidade. Nesse sentido, espera-se que os mapas vivenciais apresentados a seguir possam suscitar reflexões sobre as experiências das travestis com e pelo mundo.

### 2.2.1 Gaby

A Figura 1 representa as narrativas imediatas da carioca Gaby. A jovem parda, de 30 anos, inicia a representação de seu passado recente no Rio de Janeiro, mais especificamente em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, onde viveu toda sua infância e adolescência.

Gaby mapeia o espaço familiar como um ambiente marcado por intensas dificuldades relacionada à sua sexualidade. No espaço privado da casa, ela relata que sofria com xingamentos e agressões cotidianas por parte da mãe. “Eram praticamente todos os dias, sem

zoeira, praticamente todos os dias. Era sei lá, uma, duas vezes no mês que eu não ouvia alguma coisa. E aí eram xingamentos, com certeza ela já sabia, mas eu não precisava falar um a”.

Segundo a entrevistada, qualquer situação era motivo para agressão. O escorredor de pratos por ela desenhado sintetiza, de certo modo, a violência a que era submetida. Para a mãe da jovem, nada estava bom: a louça não estava limpa o suficiente, as roupas, a limpeza da casa, entre outros aspectos.

Esse negócio da louça foi algo tão marcante para mim - que sim eu estou desenhando um escorredor de louça - porque cara, eu apanhei muito, muito, muito por causa de louça, muito, assim, surreal. Esse negócio da louça foi um negócio que eu tive que levar para a terapia. Na terapia a psicóloga falou assim: o problema não era a louça... a sua mãe está descontente com alguma outra coisa e ela usa a louça como uma forma de fazer você sofrer.

O ato violento de “apanhar por causa de louça” configura-se como um indicador da rejeição ao corpo dissidente de Gaby no espaço doméstico, referindo-se à sua não adequação ao gênero. Em seu relato, Gaby continua: “[...] quando eu tinha uns 11 anos, uma coisa que eu enchia o saco, mas assim eu enchia o saco de verdade porque eu queria aprender a cozinhar e ela falou você não precisa aprender a cozinhar porque você é um homem. E eu fiquei assim? O que isso tem a ver? Eu não como igual? [...]”. Essa questão permite refletir sobre o quanto o espaço doméstico, de caráter privado, é instituído eminentemente por ideias hegemônicas de gênero e sexo (Gontarek; Silva, 2020).

O espaço da casa se estabelece em relações de corpos concretos, cujas anatomias que são designadas como femininas ou masculinas, recebem atribuições de valores diferentes. Viver implica o espaço e cada espaço cria também formas diferentes de se comportar e existir. Portanto, os afetos negativos ou positivos que são experienciados no espaço doméstico e ao mesmo tempo o constitui tem o gênero e o sexo como um ponto fundamental (Gontarek; Silva, 2020, p. 193).

Ainda sobre o seu passado no Rio de Janeiro, Gaby, em seu mapa, representa a bolsa como símbolo da descoberta do pai com a prostituição. Ela vivenciou situações constrangedoras, pois o próprio pai colocou-a para conversar pelo celular com uma das mulheres com quem se relacionava.

Aos 19 eu descobri que meu pai traía a minha mãe né, e ele usava assim vários, vários, vários sites diferentes, saía com travestis, saía com mulheres

cis e o escambau e eu não sei, parece que ele tinha fetiche por minorias assim, é...a mulher que ele me mostrou e me fez conversar com ela no telefone quando eu tinha 19, ela era uma mulher que por algum motivo lembrava muito a minha mãe, só que loira.

Eu me lembro que quando aconteceu esse primeiro caso eu falei assim: eu não posso ir embora, porque eu já tinha pensado em ir embora, eu já estava sofrendo, e eu falei eu não posso ir embora, o que vai ser da minha irmã [...] o que vai ser dela? Com 12 anos, a gente pobre fudido, se eu for embora pode dar uma louca, uma violência, meus pais se separarem e vai cair sobre ela. E eu... calada sofre né! Não venci nada.

Diante do espaço hostil e violento da casa, no qual não lhe era permitido expressar sua sexualidade, Gaby encontrou na *Internet*, especialmente nos jogos *online*, o primeiro suporte para sobreviver. Para a interlocutora, as relações de coletividade estabelecidas neste ambiente virtual foram fundamentais, atuando como uma rede de apoio: “foi através dele [*discord*] que conheci o pessoal que me salvou”.

Eu sofria violência psicológica todo dia...já tinha acontecido embate físico com a minha própria mãe e eu tinha alguns amigos *online* - que eram as pessoas que me davam atenção né - que pareciam se preocupar comigo de fato, e de fato estavam preocupados comigo, fizeram uma vaquinha e compraram uma passagem de avião pra mim, me mandaram uma mala zero assim de viagem, tenho ela até hoje, e eu falei assim: não tenho mais nada a perder aqui, que assim é um lugar cão, perigosíssimo.

Minha motivação foi: eu não tenho nada a perder, aqui eu já estou sofrendo, com dificuldade para encontrar emprego, então vamos começar tudo do zero e ver o que vai dar, porque pra mim eu já não tinha mais nada a perder... nada, nada, nada. [...] E... naquele momento de fato eu só queria ir pra qualquer lugar, se fosse alguém sei lá, Xique-xique Bahia, do Acre, do Mato Grosso eu tava indo [...] Fora de casa um perigo, dentro de casa um perigo.

A última afirmação de Gaby neste relato exemplifica aquilo que muitas travestis experienciam no espaço doméstico e, de certo modo, dialoga com Benevides (2024, p.3): “não existe lugar seguro no mundo para as pessoas que não são cisgêneras e vivem sua identidade de gênero aberta e publicamente”. Nesta perspectiva, Araújo e Nogueira (2022) apontam que as travestis vítimas de mortes violentas são, em geral, assassinadas em vias públicas e em suas próprias residências – violência doméstica.

No que se refere à relação entre vítima e agressor, embora a maioria dos casos não apresente vínculo direto com o autor do assassinato, destaca-se que uma parcela das ocorrências envolve familiares, podendo ser o companheiro, padrasto, irmão, entre outros.

Estes casos inserem-se na categoria de violência doméstica e intrafamiliar (Araújo; Nogueira, 2022).

Portanto, enquanto a casa pode representar um espaço de acolhimento, abrigo e segurança para pessoas cisgêneras, esse mesmo lugar nem sempre assume tal função no caso das travestis que, quando não são expulsas de casa ainda muito jovens, permanecem vivendo em um espaço marcado pela hostilidade, pela violência e pela repressão.

Quando mudou-se para Goiânia, Gaby afirma que não conhecia a cidade e dela nada sabia: “eu não sabia nem como que era... o que tinha aqui...a única coisa que eu sabia é que as pessoas dirigiam mal, porque eles falavam direto de acidente, de coisas assim..., mas fora isso... não... não sabia de nada”. Gaby vivencia, assim, um processo de migração sexual que, na perspectiva de La Fountain-Stokes (2004), caracteriza-se como deslocamento motivado pelo distanciamento da família e da comunidade, em direção a um lugar onde o indivíduo não possui uma história, possibilitando a construção de uma nova história de vida.

Em 2021, Gaby chegou à capital Goiânia. Sobre a viagem, em pleno contexto pandêmico, ela relata: “o voo, eu chorei o voo inteiro, porque era aquele sentimento de conflito né”. Assim que chegou à cidade, Gaby foi expulsa da casa de um namorado pela sogra.

Quando eu cheguei eu passei acho que foram três dias na casa do meu namorado, e aí o abençoado não tinha me falado que ele tinha mentido pra mãe dele. Ele falou pra mãe dele que uma amiga ia ficar lá alguns dias, e eu não sabia disso. A amiga era eu, e ... quando a mãe dele chegou de viagem, a mãe dele falou, não é uma amiga, é um amigo, tipo sei lá, isso é uma caricatura, ela inclusive me deu 100 reais e falou pra nunca mais voltar” [...] abriu a carteirinha dela, toma aqui ó! como se 100 reais fosse sei lá, o valor da minha visita, ou não sei o que eu prestei de serviço pra ela, ou dei serviço.

Após esse acontecimento, ela permaneceu alguns dias em um *hostel* e, posteriormente, mudou-se para o bairro Chácara do Governador, onde passou a residir com uma amiga que tinha recentemente se identificado como trans. “O pessoal daqui gosta de falar que o Jardim Novo Mundo, ou o bairro onde eu comecei morando né, que era a Chácara do Governador é favela, e eu falo para as pessoas que elas não conhecem favela. Eu me lembro que esse início nessa outra casa foi péssimo, era tudo de horrível, a gente comemorou que tinha um ar-condicionado na sala, que era horroroso. A gente não tinha nem geladeira”.

Eu nunca vou esquecer, teve uma vez que Goiânia ficou 5°C, eu não tinha cobertor, eu tinha um casaquinho que trouxe comigo e eu me tremia tanto,

tanto, tanto que eu só tinha esse casaquinho e fazendo 5°C, eu não tinha mobília, então era tipo a caixa gelada, era a geladeira. Essa noite marcou porque eu chorei muito essa noite, porque eu falei assim: Eu vou sobreviver essa noite, esse frio, vou continuar lutando porque eu não quero nunca mais ter que passar esse sofrimento. Hoje em dia eu tenho um edredom...e pra mim tipo...é uma vitória (gritos de felicidade). Eu sei que vou ficar quentinha (risos).

A respeito de sua relação com a colega de casa, Gaby fala com carinho das histórias que partilhou: “A doida injetava hormônio de vaca nela, e eu ajudava a injetar pra ela não se machucar (risos). Ela comprava é... em uma loja dessas de pet, de fazenda, ela se hormonizava com a seringa na bunda né, não era o tradicional, não sei, ir lá no endócrino, ela não tinha ido no endócrino”.

Segundo a própria entrevistada, “Gaby” é goiana, sua identidade enquanto travesti nasceu em Goiás, com os “retalhos” de outras pessoas trans e de mulheres cis que, de certo modo, serviram como mãe. Ressalta, ainda, como algo muito importante, a “invenção de si”, da pessoa travesti. Em seguida, ela lembra com carinho de algumas colegas de trabalho, as quais lhe deram maquiagens e roupas. “Tem um saltinho que eu fiquei muito triste quando ele foi com Deus, que foi meu primeiro saltinho que eu tive aqui, eu ganhei ele de presente da minha amiga, esse saltinho deu o que falar, ele era rosa choque, aquela coisa assim...beem tranquila!”.

O saltinho rosa de Gaby vem a ser muito mais que um simples acessório. O salto para a travesti pode representar a conquista e a afirmação de sua identidade de gênero, sendo utilizado também como um ato de resistência. Gaby usava esse saltinho para trabalhar como assistente administrativa aos sábados, pedalando de bicicleta.

[...] A bicicleta com motor que queimou a minha perna mil vezes. Nossa, como ela queimou a minha perna, tantas vezes... porque ela cuspiu óleo quente, mas assim é uns negócios que eu me lembro com muito carinho porque era o que eu tinha. Foi cada loucura que eu passei, cada babado, inclusive eu ainda tenho essa veia meio gótica, meio vampira de me vestir, mas quando eu vim... nossa! PIRIGÓTICA TOTAL (risos). Só vestia roxo, preto e vermelho, uma pombagira no meio da rua (risos).

Gaby, fortemente vinculada a jogos e ao mundo digital, relata com orgulho a compra de seu computador de mesa: “Eu realizei um dos meus sonhos que era comprar meu PC, meu PC é lindo, ele não tem um formato padrão, ele não é um caixote, ele parece que tá te olhando... o cooler que eu coloquei na frente ele brilha. Inclusive me deu muito trabalho pra montar esse computador”.

É nesse horizonte constituído a partir do universo dos jogos que, no que se refere aos sonhos e projetos de futuro, Gaby afirma compreender Goiânia como seu porto e ancoradouro – um lugar onde cria laços pessoais – mas, ao mesmo tempo, expressa o desejo de alçar voos mais distantes, por meio do estudo e do trabalho em outros países.

Eu quero sim pegar um edital de circulação, viajar pra Europa, pra Ásia, pros Estados Unidos, para qualquer outro lugar pra estudar 6 meses, 1 ano fora, porque eu do tanto que trabalhei na área de jogos né eu acabei descobrindo que existem vários desses editais assim pra gente só mostrar nossa arte, ou estudar em qualquer lugar, porque eu achava que tinha acabado pra mim oportunidades assim.

Gaby representa, em seus desenhos, o sonho de desenvolver sua própria empresa de criação de jogos, trabalhar em uma empresa *triple-A*<sup>8</sup> e construir uma trilha de ensino voltada à área de jogos em Goiânia, articulando em conjunto com pessoas que já atuam nesse campo na capital.

Eu sinto que terminar o meu primeiro jogo comercial e terminar a minha faculdade vão ser duas coisas que vão me fazer ganhar o mundo, só que eu não sei se quero ganhar o mundo indo pra fora, eu vejo tanta gente boa e esforçada que estão em situações parecidas como a que eu cheguei aqui que eu quero fazer essas pessoas voarem também.

No momento em que deixou o Rio de Janeiro, a interlocutora cursava os últimos períodos do curso de Ensino Superior em Farmácia. Porém, diante do contexto em que estava vivendo, associado a um quadro de depressão, não houve condições de dar continuidade à graduação. A retomada da trajetória acadêmica ocorre apenas em 2025, na modalidade à distância, por meio do curso de *Design Gráfico*, influenciada por sua rede de contatos. Este percurso a distingue de grande parte das travestis que não concluem a educação básica e tampouco ingressam no Ensino Superior, condição que inviabiliza o acesso a melhores ocupações no mercado de trabalho formal.

“A minha vontade de ficar rica é porque eu quero ter como financiar essas pessoas, porque tipo, as várias Gabys que tem aqui (em Goiânia) e não enxergam, não conseguem alcançar oportunidade, e ter esse espaço seguro para elas, sabe?”

---

<sup>8</sup> Empresa de grande porte, que está no maior patamar financeiro de lucro e orçamento nas produções. Exemplo: *Nintendo, Sony, Microsoft Studios*.

Gaby, por meio de sua empatia e senso de coletividade, deseja ser a conexão, a fim de ajudar outras travestis e meninas trans. Sua narrativa cartográfica possibilitou a compreensão, nas formas desenhadas, de elementos espaciais que indicam dinâmicas espaciais da vida atual em Goiânia e do passado no Rio de Janeiro.

Figura 1 – Mapa vivencial de Gaby: passado, presente e futuro de mobilidades e experiências espaciais das travestilidades



Fonte: O autor; Flora Florinda (2025).

### 2.2.2 Fellipa

Este subtítulo dedica-se à cartografia vivencial de Fellipa, mulher travesti de 28 anos, natural de São Luís, Maranhão. Sobre seu local de origem, Fellipa relata que mudou-se com os pais para Goiânia em 1999, ainda na primeira infância, aos dois anos de idade, em busca de melhores condições de vida.

A jovem mulher nordestina afirma possuir poucas memórias de seu passado em São Luís. A única recordação mencionada refere-se a uma fotografia ao lado de uma colega de turma, em uma escola recém-inaugurada, na qual ambas era as duas únicas alunas matriculadas. Ao ser questionada sobre sua identificação com o estado de origem e com o estado em que foi criada, Goiás, Fellipa destaca que nunca se considerou goiana, especialmente porque a mãe nunca lhe permitia assumir essa naturalidade: “[...] minha mãe, ela sempre... teve esse negócio de zoar os goianos”. Isso evidencia o forte peso da xenofobia familiar após o processo de migração para Goiás.

“Acho porque os goianos têm muito de zoar os maranhenses né, então ela não gosta. [...] e aí eu também nunca me associei muito com a cultura...sou aquele peixinho que não é de lado nenhum...eu falo que sou brasileira (risos)”.

Fellipa e a irmã mais nova foram criadas majoritariamente pela mãe, que assumiu a responsabilidade pela criação das filhas após da morte do pai, quando ela tinha 9 anos. A mãe trabalhava como feirante e confeccionava peças de roupa para vender. Foi em uma dessas feiras noturnas em que a mãe trabalhava que Fellipa, ao acompanhá-la, vivenciou uma situação marcante para a construção de sua primeira noção, ou mais precisamente, da primeira aproximação com a travestilidade. “A noção que eu tinha de pessoa trans/travesti era a noção que a minha mãe tinha”. A entrevistada refere-se a um episódio ocorrido durante o retorno da feira, por volta de 22h da noite.

“[...] Aí ela (a mãe) passou ali pela Redenção, um bairro mais pobre e tinha um grupinho de travestis indo para o ponto, aí ela falou assim: ‘cuidado com as travestis, se você chegar perto delas elas vão te meter a faca, tudo bandida’. Então era essa a noção que eu tinha de travesti”.

Nesse contexto, a jovem travesti compartilha aspectos de sua relação com a prostituição, profissão na qual atuou entre 2017 e 2021, dos 20 aos 24 anos de idade.

Eu tive meu rolê com prostituição e... foi um pouco de escolha, mas também foi olhar justamente pra questão de trabalho assim. Eu tava em uma condição de... tava começando aquele conceito da criança transviada<sup>9</sup>, ali né, mostrando os sinais para minha mãe. Ela começou a achar roupas de mulheres escondidas na cama, começou a achar brinquedos sexuais que era de garotas. E aí ela brigou comigo e ela me deixou fora de casa aí eu falei tá vou me virar, eu posso me virar trabalhando. Eu podia trabalhar em qualquer lugar correndo o risco de ganhar um salário-mínimo, ou posso usar meus dons aqui e aproveitar que a sociedade é doente e faturar em cima. O salário-mínimo na época acho que era nem mil reais.

Eu fui completamente louca... eu fui em um hotel que fica ao lado do terminal da Praça da Bíblia e aí eu conversei com o dono e falei: olha eu tenho esse plano aqui de negócio, vou me prostituir, vou chamar mais caras, vou fazer o dinheiro e vou te pagar pelo quarto... Eu até falei que daria uma porcentagem, aí ele falou não, você paga pelo quarto e você só não faz bagunça, não traz ninguém que usa crack, aí foi...

Neste hotel, ela morou por pouco mais de 1 ano. Trabalhava fazendo *crossdresser*<sup>10</sup>, divulgando seu trabalho na *Internet*, prometendo “coisas ousadas” que os “homens não pediam para suas esposas”. A intenção era satisfazê-los e ganhar dinheiro: “fazia de 3 a 4 mil por mês, e eu trabalhava três dias da semana. Eu fiz muito dinheiro assim”.

A saída de Fellipa da prostituição ocorreu em 2018, quando já cursava o Ensino Superior em *Design Gráfico*, após ser aprovada em uma vaga divulgada pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) para trabalhar em um órgão público. Essa instituição buscava profissionais para dialogar com pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo a população LGBT+. Mesmo sem muita experiência, Fellipa foi selecionada, o que marcou seu retorno à casa materna, sob a condição de contribuir com as despesas domésticas. Foi nesse período, morando com a mãe no bairro Jardim Bela Vista, que concluiu sua graduação.

Ademais, foi a partir de sua atuação como *designer* em uma instituição pública e tendo contato com pessoas negras e LGBTQIAPN+ que Fellipa passou a reformular seu entendimento sobre diversidade e travestilidade. Nessa instituição, teve acesso à informação

---

<sup>9</sup> Para Euzébio e Acácio (2023), as crianças viadas não possuem uma identidade de gênero, uma orientação sexual ou uma idade específica. Trata-se de um espectro borrado e corporificado à medida que é apontado e acusado na direção de uma criança qualquer que esteja em desacordo com as normas e imposições cisheterossexuais. São as crianças que transgridem as amarras pré-concebidas do azul e rosa e, por isso, acabam fragilizando os dispositivos da infância, da moral e dos bons costumes.

<sup>10</sup> O termo *crossdresser*, em tradução literal, significa vestir-se cruzado ou vestir-se ao contrário. O termo *crossdressing*, por sua vez, geralmente é usado para nomear a prática de se vestir com roupas e acessórios tidos como próprios ao sexo oposto ao que se nasce.

sobre os direitos, como retificação de nome e atendimento pelo Sistema Único de Saúde – SUS. Essa experiência profissional é de suma importância para a construção de sua identidade. A própria interlocutora reconhece ser exceção, em razão das oportunidades de estudo, estágio e trabalho, as quais teve no passado e mantém no presente.

No meu trabalho eu dou o máximo. [...] Na metade de 2019 eu converso com a minha chefe e explico a vontade, o desejo de transicionar, falo que em algum momento isso ia acontecer, aí minha chefe super me acolhe, há um momento ali que eu construo uma relação de mãe e filha com a minha própria chefe, e... ela vai me apoiando nesse processo e eu vou... já até tinha começado a tomar, a fazer transição hormonal, eu tava escondida fazendo isso.

No que se refere ao processo de hormonização, Fellipa recorda que, em meados de 2019, a mãe a flagrou entrando em contato com a unidade básica de saúde para agendar uma consulta geral, com o objetivo de ingressar no programa de transição disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde – SUS. Nesse dia, ela pensou que estava sozinha em casa: “[...] quando eu olho pra trás minha mãe estava atrás do sofá assim (cara fechada) o que você tá querendo no médico? Tá se drogando? Aí eu, sem paciência, viro pra ela e falo: não, eu tô ligando no médico porque eu quero tomar hormônio, quero ficar peituda, bunduda, gostosa”.

Fellipa relata que a reação inicial da mãe foi de surpresa, questionando se a filha seria “gay”. Em seguida, a mãe se recolheu em seu quarto e, após algum tempo, retorna afirmando que passaria a acompanhar a filha nas consultas... “[...] ela vai vendo que não tem nada de bizarro no negócio”.

A relação de Fellipa com a mãe sofreu significativas e positivas mudanças à medida que a mãe passa a dialogar com a chefe da filha: “[...] E minha chefe me elogia muito, conversa, elas são mulheres da mesma idade e tem filhas da mesma idade tal, e aí minha mãe vê que eu não estou me tornando um monstro. Ela vê que eu sou a mesma pessoa normal e que tá se virando na vida”. A partir desse reconhecimento, a mãe passou a respeitar mais a filha ao percebê-la independente, e se permitiu construir uma relação mais próxima, até então inexistente.

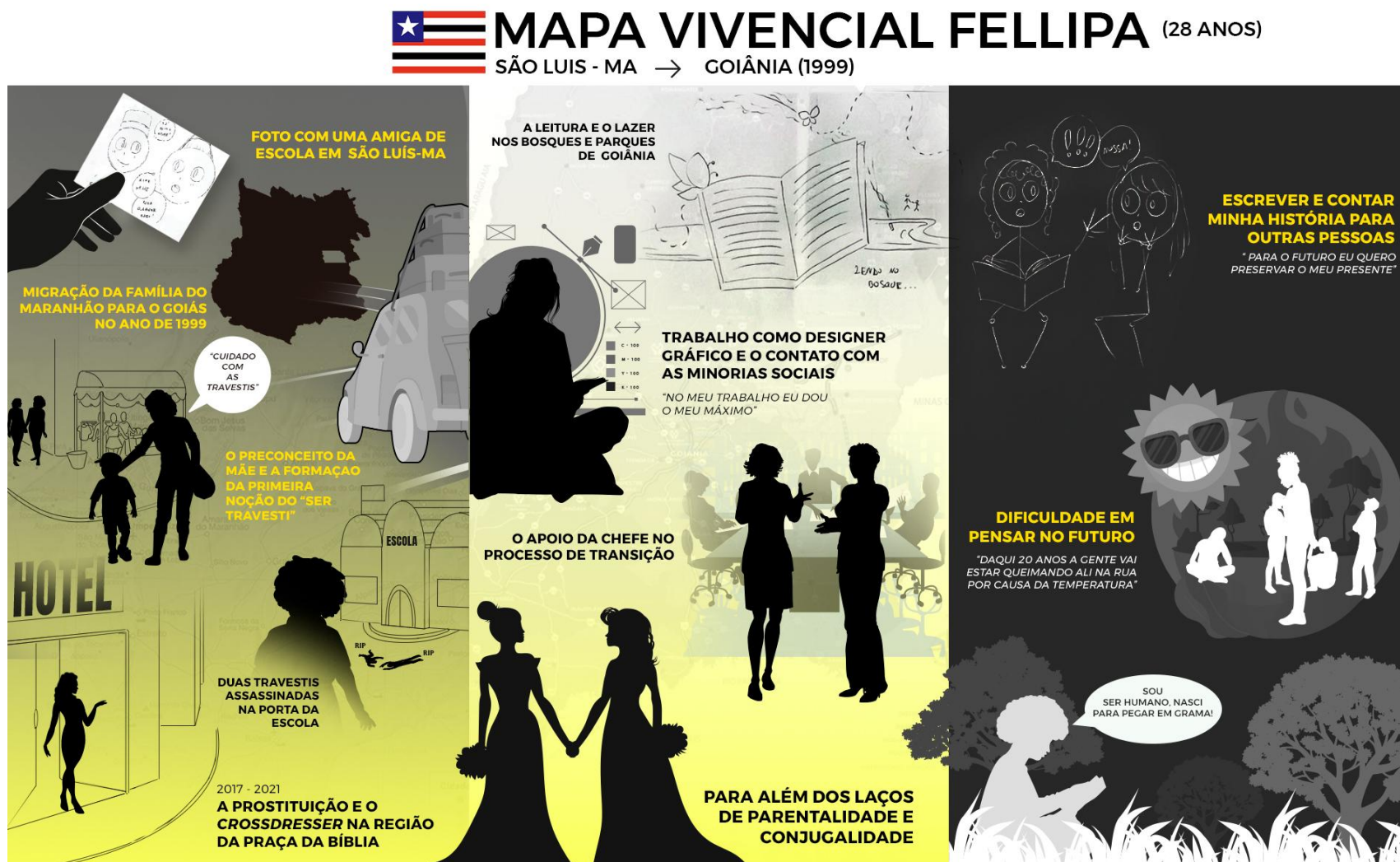
No que se refere aos sonhos e planos para o futuro, Fellipa relata que, em determinados momentos, manifestou o desejo de deixar o país. Entretanto, desde 2021, ela passou a se interessar por assuntos relacionados à política, geopolítica, sociologia. E nesse processo de aprofundamento dos estudos sobre o Brasil que percebeu as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes fora do país de origem. Assim, ela decide permanecer no país.

Nas palavras de Fellipa, todo lugar é ruim, “[...] não tem lugar melhor, todo lugar é um inferninho particular, prefiro lidar com o inferno que eu já conheço, pelas ruas que eu já conheço”.

Não sei se tenho muitos planos para o futuro, quanto mais estudo, mas é difícil fazer planos para o futuro porque sei lá... daqui 20 anos a gente vai estar queimando ali na rua com a temperatura. Os caras estão falando de banheiro, de num sei o que lá, de luta de classe, a gente vai lutar por luta de classe na fornalha. Então atualmente está sendo difícil pensar em futuro, eu gosto muito de tentar preservar o meu presente. Isso é o que eu mais quero: ter minha paz, ter minha liberdade.

No que diz respeito ao seu futuro, Fellipa não aparenta ter grandes ambições e ou sonhos, visivelmente não se mostra muito otimista com o cenário da humanidade, por isso deixa claro o desejo de se manter bem, preservar o presente com paz.

Figura 2 – Mapa vivencial de Fellipa: passado, presente e futuro de mobilidades e experiências espaciais das travestilidades



Fonte: O autor; Flora Florinda (2025).

### 2.2.3 Clara

Clara, mulher travesti de 28 anos, branca, possui ensino superior completo em *Designer Gráfico*, é nordestina, natural de Sobral, no estado do Ceará, cidade sobre a qual ela cartografa as primeiras lembranças de seu passado: “As partes mais marcantes são as férias de meio de ano, final de ano que a gente ia pra Paracuru, que é uma cidade que fica pertinho de Fortaleza, que é uma cidade cheia de turista, e meu pai me ensinou a surfar lá”.

Para além das lembranças dos momentos de lazer em família vividos em Sobral, Clara relata que a mudança para a capital goiana ocorreu no fim de 2009, quando tinha 10 anos de idade. A mudança foi motivada pelo desligamento do pai, que era engenheiro mecânico em fábrica de cimento, em um contexto de demissões em massa à época, o que o levou a buscar trabalho em Goiânia.

Cabe ressaltar que a migração da família de Clara para a capital goiana é reflexo da desaceleração econômica vivenciada no Brasil em 2009, decorrente da crise financeira mundial de 2008. Esse contexto resultou, entre outras consequências, a retração econômica responsável pela perda de milhares de postos de trabalho.

Segunda Clara, o processo de mudança da família – composta por ela, pai, mãe e o irmão mais novo – de Sobral para Goiânia foi, inicialmente, assustador e muito desorientador. Relata que, “[...] como a cidade é muito pequena (Sobral), os estímulos que você tem de... no geral... pra uma criança são muito poucos. Eu cheguei aqui com 10 anos muito inocente assim de tudo ... o pessoal aqui era muito mais pra frente... até eu me encaixar com as crianças da minha idade... eu não xingava, não sabia de nada [...]”.

Nas palavras de Clara, o processo de mudança foi, em um primeiro momento, atenuado em alguns aspectos pelo fato de a família ter residido em um condomínio de prédios fechados. Nesse espaços de lazer e convivência, havia sempre o mesmo grupo de crianças, facilitando a adaptação e a familiarização.

No entanto, ela relata ter vivenciado momentos difíceis marcados por preconceito e xenofobia, especialmente no âmbito escolar. Segundo Clara, “[...] acho que foi muito ruim principalmente pelo sotaque nordestino, sofria preconceito, tanto que perdi meu sotaque por causa disso”. Para ela, essa experiência esteve, principalmente, associada à condição de migrante: “[...] Como a gente tem migração de um certo lugar muito forte por algum motivo, ao mesmo tempo historicamente as pessoas tendem a não gostar dessas pessoas porque a gente vê como invasores né, negócio de trabalho assim”.

Ademais, Clara afirma que, na escola, era bem calada. Segundo ela, “[...] tinham as pessoas que zoavam assim, mas tinham...às vezes a sala tinha um respeito”. A escola aparece como um espaço também em que, ainda que de forma tímida, foi possível socializar, sobretudo por meio dos desenhos: “[...] eu não falava nada, mas eu sempre desenhava e as crianças que gostavam mais de desenho e arte, assim... falavam comigo”.

[...] foi um processo de quase 1 ano e meio assim, pra eu conseguir me encaixar com alguém, pra ter uma amizade de verdade aqui assim. eu me isolei muito nesses primeiros 2 anos, eu comecei a me encaixar com um amigo do sétimo ano que também tinha vindo de fora e a gente se abraçou, ele era nordestino também [...].

Ao abordar as representações de seu presente, Clara relata sobre seu processo de transição ocorrido durante a pandemia de covid-19, em 2021. Ela avalia esse processo como tardio: “[...] eu acho que, eu pensava que eu não tinha esses sinais, mas olhando atrás, tinha sinais que eu nunca percebi né”.

foi tardio, mas eu não sinto que perdi tempo sabe? eu sinto que se eu tivesse transicionado antes, eu acho que eu transicionei no momento que eu tava com a cabeça certa, sabe, acho que se eu tivesse alguma visão de transição antes, com a cabeça que eu tinha, eu internalizei isso tão forte que eu acho que ia ficar doida da cabeça sabe.

A respeito da percepção de uma transição tardia, Clara explica que esse processo pode estar relacionado aos estímulos percebidos por meio da Internet, e enquanto moradora da região Centro-Oeste – região com ideias mais conservadoras e um pouco mais avessa à diversidade. Nas suas palavras, “[...] quando eu conheci a minha segunda namorada, ela é muito politicamente ativa e coisa assim, acho que ela me tirou dessa curva errada e me colocou no lugar certo e aí a minha mente foi começando a mudar”.

Ao dar continuidade aos seus relatos de vida, Clara recorda o processo de hormonização, iniciado em meados de 2021, acompanhado por uma médica endocrinologista. Entretanto, afirma que o tratamento adotava condutas inadequadas. Apesar de contar com acompanhamento particular, custeado pela mãe, Clara observava inconsistências no processo.

Por isso, buscou apoio e orientação junto aos profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS<sup>11</sup>.

No final do ano retrasado (2023) eu tava tomando os meus hormônios todos errados, tipo a minha endócrino tava me dopando assim, com doses muito maiores tipo, era pra eu estar tomando tipo 0,5mg do negócio que eu estava tomando 50mg, então minha testosterona tava negativa, então eu não sentia vontade de fazer nada.

(...) aí fui no SUS e a minha endócrino falou “você tá se matando tomando isso aqui desse jeito, além do remédio não estar te dando energia pra nada, porque você tá zerando a sua testosterona”. Isso poderia causar tumor em vários cantos assim - era um remédio pra tratar câncer de próstata né.

Clara reitera que, após quase 3 anos de um tratamento hormonal mal conduzido, ela vivenciou experiências traumáticas e desenvolveu outros problemas de ordem mental. À época, relata que acreditava não sentir mais atração por ninguém, sentia-se extremamente apática e passou a se isolar. Regularizadas as medicações, há pouco mais de 1 ano, Clara avalia que vem recuperando sua saúde física e mental.

No entanto, diante do preconceito e da marginalização vivenciados por essas sujeitas, os sistemas de saúde e os ambientes hospitalares acabam se constituindo como espaços interditos às suas existências. Assim, muitas travestis, em razão das violências sofridas e da dificuldade de acesso à saúde formal, passam a recorrer ao uso inadequado de hormônios, quase sempre sem a orientação ou acompanhamento médico, colocando suas vidas em risco (Caux, 2018). Nesse contexto, torna-se recorrente o uso de medicamentos veterinários, já que essas substâncias possuem um baixo custo e podem ser compradas sem receita médica.

Destarte, para além dessa questão, Clara menciona a família com muito carinho, afirmando que sempre tiveram uma ótima convivência: “[...] meus pais me apoiam muito, porque minha família sempre foi aberta para tudo assim até em questão de religião, minha avó é budista, meu tio é gay, então minha avó desde muitos anos atrás tinha se aberto com ela”.

---

<sup>11</sup> Goiás está em posição de destaque nacional na ampliação da assistência por meio do serviço do processo transexualizador no SUS, com três unidades no Estado – Hospital das Clínicas da UFG (HC), Hospital Estadual Geral de Goiânia Dr. Alberto Rassi (HGG), na capital, e o Núcleo de Atenção Básica de Saúde (NABS), em Itumbiara. Apresentado em 2017, o Serviço Especializado do Processo Transexualizador – Ambulatório TX, do Hospital Estadual Geral de Goiânia Dr. Alberto Rassi (HGG), oferece atendimento médico e multiprofissional a transexuais e travestis.

Clara destaca que a família teve papel importante em seu processo de transição, especialmente ao recordar o momento em que comunicou aos pais sobre as mudanças que iriam ocorrer.

Meus pais ainda estavam em Maceió, meu irmão tinha vindo morar comigo né, e tava eu, minha ex e ele (o irmão), aí juntou os três, os três juntaram pra falar comigo na chamada e falei... só que eles não sabiam o que eu tava falando.

Ela (a mãe) desligou, tipo, que meu pai não tava em casa ainda e eu fiquei putz será que deu ruim tal, aí ela (a mãe) fez uma pesquisa rápida com meu pai e falou “ah só quero que você seja feliz e que você (em outras palavras né) que você não apanha na rua.

Ademais, a ex-namorada de Clara, com quem manteve um relacionamento de cinco anos, foi figura central para sua transição, oferecendo apoio e auxílio. Outra pessoa importante foi sua mãe, responsável por comprar as primeiras roupas femininas da filha: “[...] eu tinha feito um desenho da primeira roupa quando eu fiz a transição e ela foi lá e comprou a exata roupa que eu desenhei. Até hoje eu tenho ela”. Clara também recorda com carinho a aceitação de grupos de pessoas alternativas, como aqueles ligados à subcultura gótica. O convívio e os laços de amizade estabelecidos nesses espaços contribuíram para a ampliação de suas relações sociais e para uma melhora em sua socialização.

Clara finaliza seus relatos destacando que não tem planos de voltar para o Nordeste, mas também não pretende residir em Goiânia para sempre. Segundo ela, a capital é um lugar que tem problemas culturais: “Acho que a gente tem um problema cultural aqui em Goiânia mesmo, que é um motivo de Goiânia ser... do Centro-Oeste ser tão conservador [...]. Se você não tem cultura, você se abraça em outras coisas”.

Quanto a seus planos para o futuro, Clara demonstra interesse de se mudar para fora do Brasil por um tempo, para estudar e trabalhar em projetos de curta-metragem, jogos e HQs: “viajar e trabalhar com ilustração e não perder a cabeça com falta de dinheiro, sabe”.

Figura 3 – Mapa vivencial de Clara: passado, presente e futuro de mobilidades e experiências espaciais das travestilidades



Fonte: O autor; Flora Florinda (2025).

### 2.3 Narrativas que se cruzam: uma breve análise

As questões levantadas a partir dos mapas vivenciais de Gaby, Fellipa e Clara, dialogam com outras experiências das transgeneridades e travestilidades. Tal articulação permite analisar pontos de contato e intersecções relevantes entre suas vivências na capital goiana, evidenciando o caráter sensorial e afetivo da cidade.

Além disso, embora as entrevistadas da pesquisa não apresentem grande variabilidade em faixa etária – Clara e Fellipa possuem 28 anos e Gaby, 30 anos – essa faixa etária é bastante próxima à idade média das pessoas trans vítimas de mortes violentas no Brasil, estimada em 35 anos. Esse dado evidencia o quanto as travestis e mulheres transexuais constituem um grupo marcado pela elevada vulnerabilidade à morte violenta e prematura no Brasil.

No que diz respeito à escolaridade e profissão, as voluntárias Fellipa e Clara trabalham como *Design* Gráfico, com formação acadêmica concluída e Gaby trabalha como auxiliar e recepcionista, com formação acadêmica em andamento. Cabe retomar que Gaby, ao deixar o Rio de Janeiro, abandonou o curso de Farmácia já nos últimos períodos e que a prostituição foi uma ocupação e fonte de renda de Fellipa por pouco mais de 4 anos, ao se ver expulsa de casa.

As entrevistadas Clara e Fellipa residem, respectivamente, no Setor Residencial Monte Carlo e Parque Flamboyant. Ambas não tiveram tantas mudanças de endereços e bairros, tal como ocorreu com Gabi. Das três entrevistadas, esta é a que mais apresenta laços com as regiões e bairros onde morou.

Gaby, antes de morar no Jardim América, residiu na Chácara do Governador. Ela descreve o lugar com carinho, contradizendo o que se caracteriza como estereótipo social a respeito das pessoas que moram no bairro: “[...] na chácara só tinha gente favelada mesmo, pobre...tinha o tiozão da cerveja, só... eu nunca vi nada uau acontecendo lá. E... eu tinha um carinho por aquelas pessoas, foi a comunidade que me ajudou a levantar, foi lá que eu peguei os meus primeiros empregos...”.

Outro fator a ser enfatizado a partir das falas das interlocutoras é a respeito da migração. Quando analisada sob o prisma das travestilidades, entende-se que toda sujeita trans/travesti é uma sujeita diaspórica (Meneses, 2020); afinal, ainda que elas não passem pela “[...] transposição das fronteiras geográficas, ainda há uma transposição das fronteiras

simbólicas do gênero, considerando-se que as identidades de gênero são construções sociais, portanto, não são fixas” (Meneses, 2020 p. 160).

Sob esse aspecto, Azevedo e Pereira (2020) afirmam que

[...] é no ambiente urbano que as travestis veem mais alternativas, através de amplas oportunidades que os equipamentos urbanos propiciam, de performatizarem suas identidades. O anonimato, a liberdade, a heterogeneidade, a fragmentação das experiências e o fluxo de outras travestis, características tidas como “mais urbanas”, possibilitam a elas construir seus corpos, suas performances, suas redes de sociabilidade com outras travestis e sobretudo de conseguirem elencar/concretizar objetivos no plano das relações afetivas e da estabilidade financeira (Azevedo, Pereira, 2020, p. 19).

Assim, destaca-se a intensa associação das travestis com a urbanidade, com as dinâmicas da vida em contextos urbanos, atreladas especialmente ao desejo de sair do lugar de origem em direção a cidades maiores, que propiciem uma ascensão econômica e social. Nascimento (2016) afirma que os corpos trans na cidade

[...] produzem corpografias em movimento, que se fazem num processo de nomadização conduzido por fluxos do desejo, do dinheiro e da construção de si (pessoa-corpo). Não é uma deriva sem propósito, mas uma deriva dirigida, desejada e materializada em corpos-pessoas, bens, afetos e sexo (Nascimento, 2016, p. 21).

A partir da história das três interlocutoras desta pesquisa, bem como de outros estudos sobre a temática, observa-se que a mobilidade espaço-temporal das travestis encontra-se condicionada, invariavelmente, à aceitação familiar de suas identidades de gênero, à sua classe social, à raça, ao nível de instrução/escolaridade, ao acesso ao mercado de trabalho e ao grau de passabilidade<sup>12</sup>. Estes fatores são determinantes para garantir a permanência ou não dessas sujeitas em suas cidades de origem, por exemplo.

As travestis que permanecem em seus locais de origem, sem recorrer a processos de migração espaço-temporal, são, em geral, aquelas que, além de contarem com boas condições

---

<sup>12</sup> Ter passibilidade está relacionado à construção da imagem da(o) sujeita(o) que mais se aproxima da construção da mulher e do homem cis, ou seja, que mais se aproxima da referência padrão do que é feminino (para as mulheres trans e travestis) e do masculino (para os homens trans). Ser passível para uma pessoa trans é passar despercebido como homem ou mulher cis. O que lhe acarreta um menor grau de abjeção na sociedade.

familiares e socioeconômicas, desenvolvem estratégias de sobrevivência para lidar com as violências cotidianas.

Outro aspecto que merece destaque é o lugar de origem de Clara e Fellipa. Ambas são nordestinas, cuja migração de suas cidades para Goiânia assemelha-se, de certa forma, com a partida de retirantes nordestinos para as regiões do Sul/Sudeste, motivados pela seca e pela ausência da possibilidade de ascensão financeira no sertão (Pereira, 2025). Elas esclareceram, em seus relatos e nas cartografias vivenciais, que suas famílias vieram para a capital goiana em busca de trabalho e uma vida nova.

Não é novidade que Goiás afirma-se como um estado atrativo e presente na dinâmica migratória nacional. Cruvinel (2017), ao citar Goiás e suas características no século XXI, aponta que a maior parte dos migrantes que chegam ao estado são da região Nordeste (32,13%), seguidos da própria região Centro-Oeste (29,63%) e, ainda, cerca de 22,69% de migrantes de origem do Distrito Federal. Ademais, o autor destaca os processos migratórios de pessoas originárias do Maranhão (12,05%), da Bahia (10,21%) e de Minas Gerais (9,90%) para a metrópole regional. Destarte, fica evidente que o fator econômico é o principal responsável dessa migração, assim como foi para as famílias de Fellipa e Clara, naturais de São Luís – MA e Sobral – CE, respectivamente.

Diferentemente, Gaby estabelece sua migração como um ato de sobrevivência pessoal e identitária, para sobreviver ao ambiente familiar, hostil e transfóbico no Rio de Janeiro. Neste caso, a migração é vista como um movimento necessário, como um caminho de (re)existência identitária das travestis (Santos; Souza, 2019), para que possam viver a plenitude de suas identidades de gênero. Assim, a partir da experiência de Gaby, afirma-se que seu caso insere-se no conceito de transmigração: “[...] trânsitos constantes, corporais e geográfico-espaciais, que as travestis agem para construir seu lugar no mundo” (Vartabedian, 2014, p. 277, tradução nossa).

Nesse contexto, o processo de transmigração de Gaby é apenas um entre outras tantas migrações de travestis, sujeitas que compartilham a experiência de desalento ao sair de casa e de angústia ao chegar ao local de destino, seja no próprio país ou no exterior, marcadas pela dificuldade de fazer novas amizades, de estabelecer outros laços de parentalidade e conjugalidade.

Assim, nos relatos das travestis interlocutoras, evidencia-se a importância da presença feminina, tanto de mulheres cis quanto de mulheres trans e outras travestis, enquanto pessoas-rede fundamentais para o acolhimento em Goiânia, como as patroas e amigas de Gaby, a mãe

de Clara e a esposa de Fellipa. Destaca-se que a centralidade da presença feminina como principal rede de contato e apoio também é apontada na pesquisa de Sousa (2023), a respeito das migrações de bichas pretas e negros gays para Goiânia.

### CAPÍTULO 3 - ENTRE TRÂNSITOS E MOVÊNCIAS CONSTANTES: ESPAÇO URBANO E AS VIDAS TRAVESTIS EM GOIÂNIA

Nesta terceira e última sessão, propõe-se algumas reflexões, tais como: Quais espaços em Goiânia convidam à paragem? Esses espaços estimulam a mobilidade ou formam barreiras com limites rígidos e fluxos preestabelecidos? Quais lugares permitem sentidos de pertencimento, segurança e promovem o convívio? Qual é a cidade, “a Goiânia”, que compõe as narrativas das travestis? A partir desses questionamentos, foi possível traçar algumas notas introdutórias para carto(grafar) vidas trans e travestis.

Em outras palavras, neste capítulo será realizada a análise dos questionários aplicados às interlocutoras da pesquisa. A análise de dados foi realizada objetivando investigar as percepções do espaço urbano de Goiânia pelas travestis, principalmente no que se refere a questões relacionadas à segurança, lazer, bem-estar, mercado de trabalho, educação e outros. Logo, abordamos no Quadro 2 questões referentes a segurança na cidade.

**QUADRO 2 - Questão Aberta sobre Segurança na Cidade**

Mediante a sua vivência na cidade, pode me citar exemplos de lugares/territórios de medo?	
Colaboradoras	Respostas
Gaby	O centro de Goiânia é um centro de miséria, é aí que mora a violência.
Fellipa	Setor Marista, onde tem mais a elite. O pessoal não se olha... Pouca gente parecida comigo, gente preta, gente trans...
Clara	O bar Vikings, parte do setor Marista, áreas que tem pessoas com mais dinheiro, relatando um caso de violência no Marista quando ela estava com a namorada.

Fonte: O autor (2025).

É necessário enfatizar que, por mais que a pergunta seja sobre lugares/territórios de medo, compreende-se que as interlocutoras tenham respondido pontuando alguns locais onde ocorreram e/ou sofreram casos de transfobia e bairros em que a entrevistada não encontra pessoas semelhantes a ela (pessoa negra e/ou trans).

De acordo com os estudos de Giacomini (2024, p. 90), as voluntárias trans/travestis se sentem inseguras em meio à cidade de Goiânia, “ao andar sozinha na rua à noite, nos bairros mais afastados e menos movimentados e, ainda, considerando Goiânia insegura e transfóbica”. Essa constatação dialoga com nossas interlocutoras, pois percebe-se que Gaby

não frequenta a região central tendo em vista a miséria e o abandono dessa área da cidade, o que gera medo e insegurança. No entanto, Fellipa e Clara destacam o Setor Bueno e Marista como territórios de medo, sendo estes os dois setores responsáveis por abrigar a parcela mais abastada da população goianiense.

O Setor Marista foi oficialmente fundado em 1971 e sua história está intrinsecamente ligada à criação do Colégio Marista na década de 1960. Com a chegada do colégio, a área ao seu redor tornou-se altamente valorizada, levando à construção de mansões de alto padrão. Nas palavras de Garrote e Alves (2024),

O bairro é consideravelmente consolidado e totalmente urbanizado. Apesar do processo de verticalização em curso, o padrão horizontal ainda é o predominante, embora seja notável a presença de construtoras e incorporadoras ao longo da Alameda Ricardo Paranhos, refletindo em novas construções. Também é caracterizado pela concentração de serviços médico-hospitalares, comércios varejistas, restaurantes tradicionais e, mais recentemente, conta com a chegada de restaurantes mais sofisticados nas antigas casas convertidas para tal uso, o que fortalece sua centralidade e contribui para que o setor seja uma das áreas mais desejadas para se morar (Garrote; Alves, 2024, p. 114).

O Setor Bueno, criado em 1951, insere-se como um dos perímetros de maior verticalização da capital, no qual é possível enxergar, na paisagem, um intenso fluxo de pessoas e carros circulando, além da cortina de prédios. Tal como o setor Marista, o Bueno também abriga uma especializada rede de serviços e equipamentos de consumo para essa camada social mais abastada. Nessa região, encontram-se as duas principais vias de comércio que ofertam produtos à elite goianiense, as avenidas 85 e T-63. Nas ruas circundantes, encontram-se bares, escolas privadas, academias, restaurantes, além dos *shopping centers* Buena Vista e Goiânia *Shopping* (Ferreira Júnior, 2010).

Assim, por meio da cisgeneridade branca e classista no contexto da segregação e não-liberdade aos corpos fora da ótica patriarcal hegemônica, estabelece-se um sistema de hostilidade no espaço urbano de modo que os indivíduos socialmente minorizados, como as travestis, não se sintam pertencentes a esses espaços, tendo uma vivência tolhida, condicionada e restrita.

### QUADRO 3 - Questão Aberta sobre Lazer na Cidade

Mediante a sua vivência em Goiânia, pode me citar exemplos de lugares/territórios de convivência?	
<b>Colaboradoras</b>	<b>Respostas</b>

Gaby	Parque das Laranjeiras, Parque Vaca Brava, Restaurante <i>La Esquina</i> , Praça do Jardim América, Feira da Lua.
Fellipa	Se sente bem em quase todos os lugares perto do centro. Acho o centro muito diverso de pessoas, diverso até demais... Gosto muito dos parques, gosto muito da natureza, me sinto à vontade. Destaque para o Vaca Brava porque fica perto do trabalho, lá, às vezes, dou uma namoradinha, às vezes fico mais de boa, vejo amigos, é bem fresquinho. Gosto mais do Parque Flamboyant. No parque tem gente da minha gente.
Clara	Rua 8 – Zé Latinhas e Liberté – parte de cima da rua 8 que está sendo revitalizada/movimentada agora.

Fonte: O autor (2025).

Por meio das entrevistas, é possível compreender que as interlocutoras percebem os parques urbanos como espaços de sociabilidade e lazer, onde elas podem namorar, ler, estudar, encontrar amigos, ou seja, alternativas para o lazer de baixo consumo.

A utilização dos parques e bosques de Goiânia pela população LGTQIA+, principalmente pelas travestis e transexuais, é, por si só, um ato de reivindicação do espaço, podendo ser reconhecido como uma heterotopia. Os parques nas cidades se tornam viáveis, principalmente no período noturno, por oferecer privacidade em meio à solidão dos bosques e à escuridão da noite, ao promover uma certa segurança na fuga da heteronormatividade, que impõe como a única imposição social de acordo com os papéis de gênero realmente válida (Giacomini, 2024, p. 85).

Para além dessas áreas verdes, o espaço do centro de Goiânia, exceto para Gaby, é quem ganha destaque nas falas das interlocutoras, apontado por elas como uma área da “diversidade”. Essa observação dialoga com as narrativas dos interlocutores do estudo de Braz (2014), que destaca o surgimento dos primeiros lugares de frequência ‘homossexual’ em Goiânia, entre a década de 1970 e início dos anos de 1980, em plena ditadura militar.

Os primeiros bares ou botecos estavam localizados, majoritariamente, no centro da cidade, “[...] ainda que não tenham sido criados para abarcar uma clientela ‘homossexual’, diretamente, passam cada vez mais a ser frequentados por esse público” (Braz, 2014 p. 286).

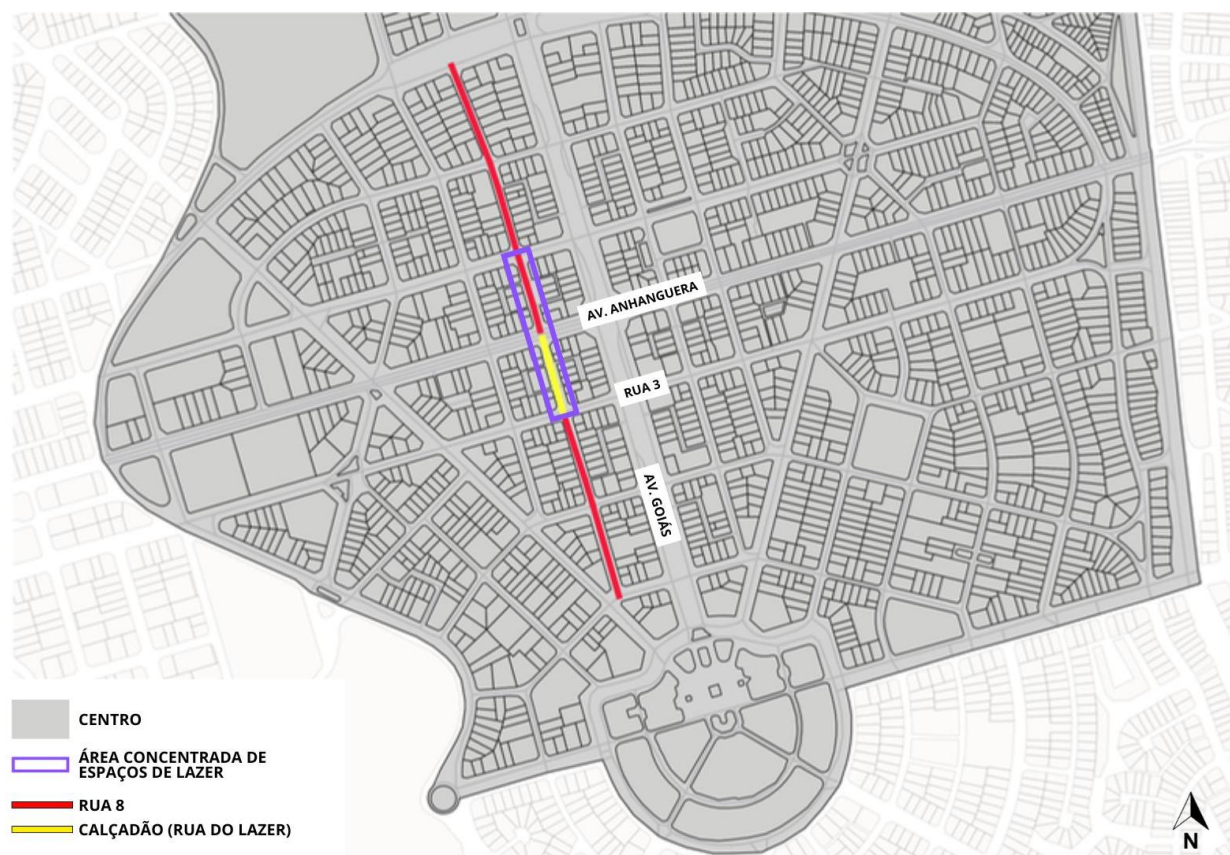
Por mais que Gaby destaque a região central como um espaço de medo e insegurança, destoando da visão das outras duas interlocutoras, deve-se ressaltar que esse é o ponto de vista pessoal dela. Ela é uma pessoa que namora e tem como parte de sua rede de contatos pessoas elitizadas, as quais não frequentam esses lugares.

Seu posicionamento instiga a refletir sobre a queda do Setor Central em termos comerciais, habitacionais e sociais, de modo que, onde antes era o espaço de lazer, comércio e marco político cultural da região, hoje possui dinâmicas urbanas outras, marcadas por um processo contínuo de esvaziamento e abandono (Cardoso; Mendonça, 2024).

Segundo os autores, o surgimento dos “[...] *shopping centers*, verticalização e condomínios fechados foi fundamental para o êxodo de algumas atividades do centro da cidade, tornando o setor muito ativo durante o dia e ‘morto’ durante a noite” (Cardoso; Mendonça, 2024, p. 16). Esse processo de descentralização funcional é comum em muitas cidades brasileiras, que se tornaram áreas populares e sem políticas públicas.

No entanto, é justamente no período noturno (principalmente às sextas-feiras, aos sábados e domingos que a Rua 08 – Rua do Lazer (Figura 4) – ganha mais notoriedade entre a população LGBTQIAPN+. Espaço onde se instaura um lazer alternativo, estabelece uma zona de maior tolerância a demonstrações públicas de afeto, de comercialização e consumo de alimentos, substâncias lícitas e ilícitas, ao flerte, paquera, entre outros.

**Figura 4 – Croqui Rua 8**



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A Rua do Lazer voltou a ganhar maior notoriedade e movimento em 2025, a partir da revitalização promovida pelo projeto de lei municipal “Ocupa o Centro”<sup>13</sup>. Em parceria com empresários e comerciantes, o projeto resgata a história do calçadão, criado na década de 1970 como área exclusiva para pedestres. Como parte da iniciativa, a via entre Av. Anhanguera e a Rua 4 passou a ser interditada para carros às sextas-feiras, a partir das 18h, aos sábados no mesmo horário e durante todo o dia aos domingos e feriados.

Atualmente, a rua conta com uma diversidade de bares e restaurantes, como o Fubanga Bar, Bira Bar, Seu Coutinho Bar e outros que, juntos, contribuíram para a transformação do cenário abandonado em um *point* da cena cultural e gastronômica da capital.

Assim, entre os prédios em estilo *Art Déco*, as intervenções artísticas de grafite e a penumbra da noite, observa-se uma concentração de estabelecimentos *gay friendly*<sup>14</sup>, como os Bares Zé Latinhas e Casa Liberté (Figuras 5 e 6), localizados na Rua 8. Estes dois estabelecimentos apoiaram o lançamento do projeto “Viva o Centro”<sup>15</sup> em 2023 e continuaram apoiando em 2025.

---

<sup>13</sup> LEI N° 11.293, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2024 - Institui, no município de Goiânia, o Projeto Ocupa o Centro e dá outras providências.

<sup>14</sup> O termo “gay friendly” significa que um lugar, serviço, empresa ou pessoa é acolhedor(a), respeitoso(a) e seguro(a) para pessoas LGBTQIA+

<sup>15</sup> A iniciativa além de promover função social e de preservar identidade histórica do Centro de Goiânia, também pretende fomentar arte, cultura e lazer na região.

**Figura 5 – Rua do Lazer**



Fonte: Guimarães (2025).

O Bar Zé Latinhas foi fundado em 1967 e, segundo uma das atuais sócias do estabelecimento, o nome faz referência ao primeiro proprietário do então restaurante, seu Zé, que “[...] vendia uma carne de lata que era apreciada por muitas pessoas e ele foi carinhosamente conhecido como Zé latinhas e o restaurante assim foi intitulado também em decorrência desse apelido dele” (Oliveira, 2023). O restaurante, que por muito tempo funcionou quase 24 horas por dia, começou a operar apenas no período diurno devido à crescente insegurança no centro da cidade. Atualmente, o bar funciona de quarta a sexta-feira, das 16h às 00h, e aos sábados e domingos a partir do horário do almoço, das 12h às 00h.

De acordo com Beatriz Gonçalves, uma das sócias-proprietárias, o Zé Latinhas:

É a coexistência de um espaço boêmio no centro da cidade, com uma cidade que precisa desse espaço, mas ao mesmo tempo um espaço que muitas vezes é ligado a esse lugar de medo, de perigo, que por muito tempo o centro teve muito ligado. Em alguns lugares, em algumas questões ele ainda é muito

ligado a essa ideia de insegurança e é o que a gente mais tenta reverter (Oliveira, 2023).

A gente quer estar em sintonia e em coexistência com o que existe no centro Goiânia. A gente não quer esconder a insegurança que existe, mas a gente quer, claro, trazer uma segurança para as pessoas que estão aqui no sentido de que elas possam se apropriar desse espaço que é tão querido e tão importante para a nossa história como goianiense. Ser feliz e se divertir aqui, é nesse sentido que eu acredito que é a nossa grande diretriz, nosso grande objetivo com o bar (Oliveira, 2023).

As falas de Gabriela evidenciam a forte associação do estabelecimento com o aspecto boêmio do centro da cidade, reafirmando o *slogan* da empresa, “Zé é feito de Centro”. Ou seja, muito do que o bar é – sua arquitetura, cardápio, bebidas e programação cultural – está diretamente ligado à sua localização no centro de Goiânia.

**Figura 6 – Bar Zé Latinhas**



Fonte: Oliveira (2023).

A Casa Liberté foi inaugurada em 2018 nas proximidades do Lyceu de Goiânia, no centro da capital. Depois de algum tempo, mudou-se para a Rua 8. De acordo com Heitor Vilela, sócio-proprietário, “o espaço surgiu em meio à necessidade de um local de encontro seguro, logo após a vitória de Bozo<sup>16</sup>. Desde então, a Liberté se tornou uma fagulha de resistência no Centro de Goiânia”.

O estabelecimento chegou como uma forma de resistência, contribuindo para a ocupação da Rua 8 e funcionando como espaço para exposições de arte, discotecagens, shows, debates, feiras, bazares e lançamento de livros. Localizado em frente ao Cine Ritz e ao Zé Latinhas, o bar funcionava de quarta a domingo, das 17h às 01h, fechado às segundas e terças-feiras. Contudo, o estabelecimento anunciou o encerramento de suas atividades na primeira semana de janeiro de 2026. Em uma publicação na página de Instagram do bar, o sócio proprietário Heitor Vilela escreveu:

Liberté — o fim, por enquanto

Amigas e amigos, corpos presentes, afetos em trânsito, boêmios, sonhadores e quem insiste em acreditar numa cidade menos engessada e mais viva: a Casa Liberté encerra seu ciclo na Rua 8. Não como quem fecha uma porta, mas como quem faz uma pausa entre uma respiração e outra. Não é ponto final. É vírgula.

Foram mais de sete anos afirmando, na prática, que o centro da cidade também pode ser lugar de encontro, de arte, de dança, de escuta e de liberdade. A Liberté nasceu do desejo de experimentar outras formas de estar junto e resistiu enquanto pôde, abrindo espaço para a música, para a noite e para tudo aquilo que escapa ao óbvio.

Sempre acreditamos que a diversão é um direito coletivo e inalienável. Que ocupar a rua, o bar, a pista e o centro é um gesto de pertencimento. Ao lado de artistas, DJs, músicos, trabalhadoras e trabalhadores dedicados, e de tantas pessoas que entendem a cultura como necessidade humana, ajudamos a ampliar os limites do que Goiânia aceita como possível. Tivemos shows, feiras, exposições, eventos políticos, celebrações, choros e prosas. Se hoje a Rua 8 pulsa como a rua mais boêmia da cidade, temos orgulho de ter sido parte viva desse processo.

Sustentar um espaço de liberdade exigiu enfrentamento, desgaste e escolha diária. Pensar um lugar onde se pode ser um pouco mais livre nunca foi simples. Ainda assim, insistimos. Porque a cidade precisa de desvios, de ruído, de encontros que não cabem em planilhas.

---

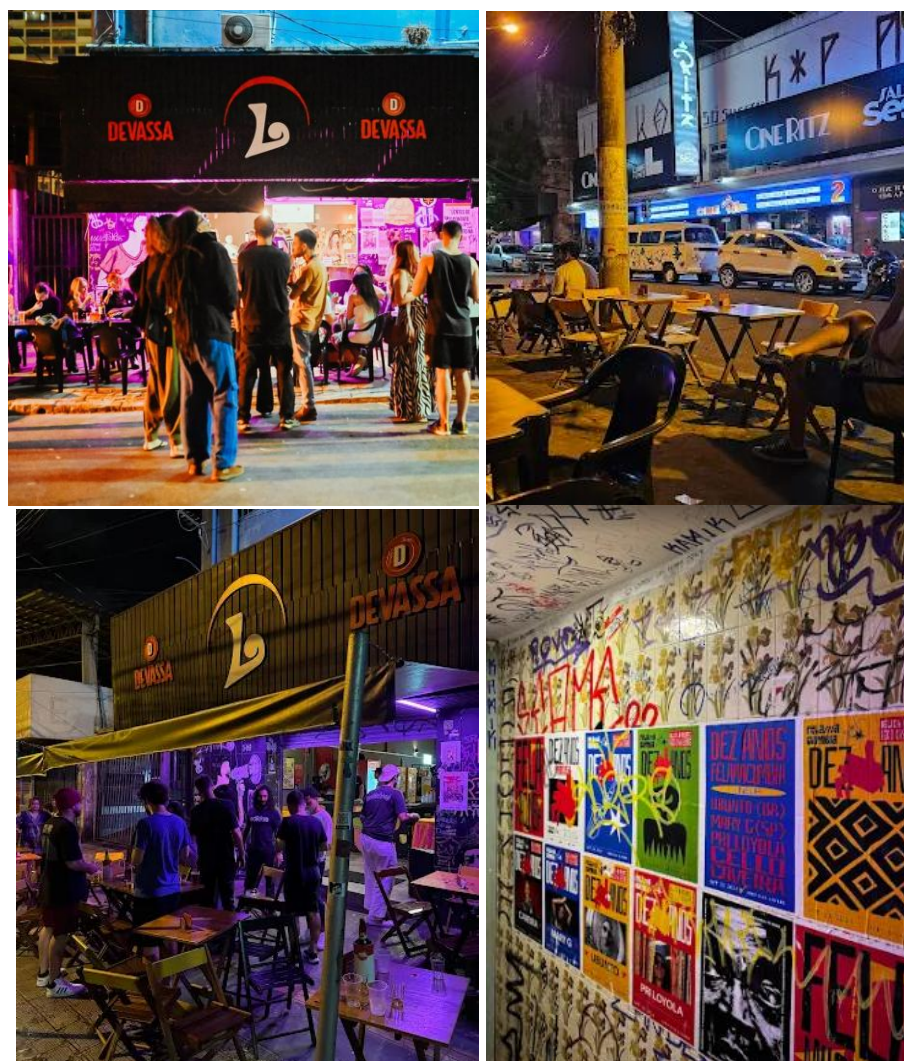
<sup>16</sup> Apelido pejorativo usado como crítica política e pessoal ao ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro.

Por agora, nos despedimos. Mas liberdade não se encerra. Se reorganiza. Por isso, é um até breve.

Chamamos clientes, amigas, amigos e parceiros para um último fim de semana de celebração e presença, como sempre foi: juntos (@casaliberte, 2026).

Na postagem de despedida, os proprietários ressaltam o sentimento de gratidão e orgulho em terem mantido um estabelecimento que fez parte da resistência do centro de Goiânia, oferecendo um lugar aberto para rupturas, um lugar para paragem, de alegria e pertencimento a todos aqueles que fogem do óbvio, da norma. Esse fechamento representa uma grande perda para o público LGBTQIAPN+ de Goiânia. Para os corpos dissidentes de Goiânia, menos um espaço de lazer alternativo.

**Figura 7 – Casa Liberté**



Fonte: Soares (2024).

Nessa perspectiva, torna-se evidente que o centro de Goiânia e, em específico, a Rua 8 – Rua do Lazer –, constitui uma área de referência para a população LGBTQIAPN+ desde os anos 1990 e, possivelmente até antes, incluindo a sede da Associação Ipê Rosa<sup>17</sup> e eventos realizados durante o mês de junho. Cabe ressaltar que as táticas de ocupação política e de revitalização da Rua 08 decorreram de esforços diversos, transformando os becos e espaços de exclusão e marginalização em símbolos de resistência cultural, por meio de atividades artísticas, musicais e culturais.

**QUADRO 4 - Questão Aberta sobre Espaços LGBTQIAPN+ na Cidade**

Você costuma frequentar algum estabelecimento voltado especificamente para o público LGBTQIAPN+ em Goiânia? Se sim, quais?	
Colaboradoras	Respostas
Gaby	Nunca foi a esses espaços, sabe que existe, mas tem a impressão que estão escondidos.
Fellipa	Costumava ir, mas fechou. “Topá Bar”, espaço <i>underground</i> localizado no Setor Sul.
Clara	Frequentava o Topá Bar, foi um ambiente que me abraçou.

Fonte: O autor (2025).

Ademais, para além dos parques e da Rua 8, considerados como lugares em que os corpos dissidentes podem existir e vivenciar o lazer, nossas interlocutoras destacam outros espaços concebidos e voltados especificamente para o público LGBTQIAPN+ em Goiânia. Essa discussão pode ser aprofundada a partir da pesquisa de Sousa (2005) sobre os territórios “GLTBS”<sup>18</sup> na cidade, com mapeamentos elaborados há vinte anos atrás. No terceiro capítulo de sua dissertação de mestrado, o autor analisa o repertório de espaços “GLTBS” e os territórios-eventos da metrópole regional a partir de mapas e entrevistas.

Retomando os relatos das interlocutoras, observa-se que Gaby desconhece esses espaços, mas tem a impressão de que eles estariam localizados em áreas mais remotas e/ou suburbanas da capital. Por sua vez, Fellipa e Clara recordam um estabelecimento chamado “Topá Bar” (Figura 7), localizado no Setor Sul, na Rua 92, o qual, segundo relatam, foi fechado.

<sup>17</sup> A Associação Ipê Rosa (GLSTB), fundada em 1995 em Goiânia, é uma ONG pioneira na defesa dos direitos humanos de gays, lésbicas, travestis e bissexuais em Goiás.

<sup>18</sup> Sigla corriqueiramente utilizada até meados de 2008 para se referir a Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais.

**Figura 8 – Antigas instalações do Topá Bar**



Fonte: <https://restaurantguru.com.br/Topa-Bar-Goiania> (2026).

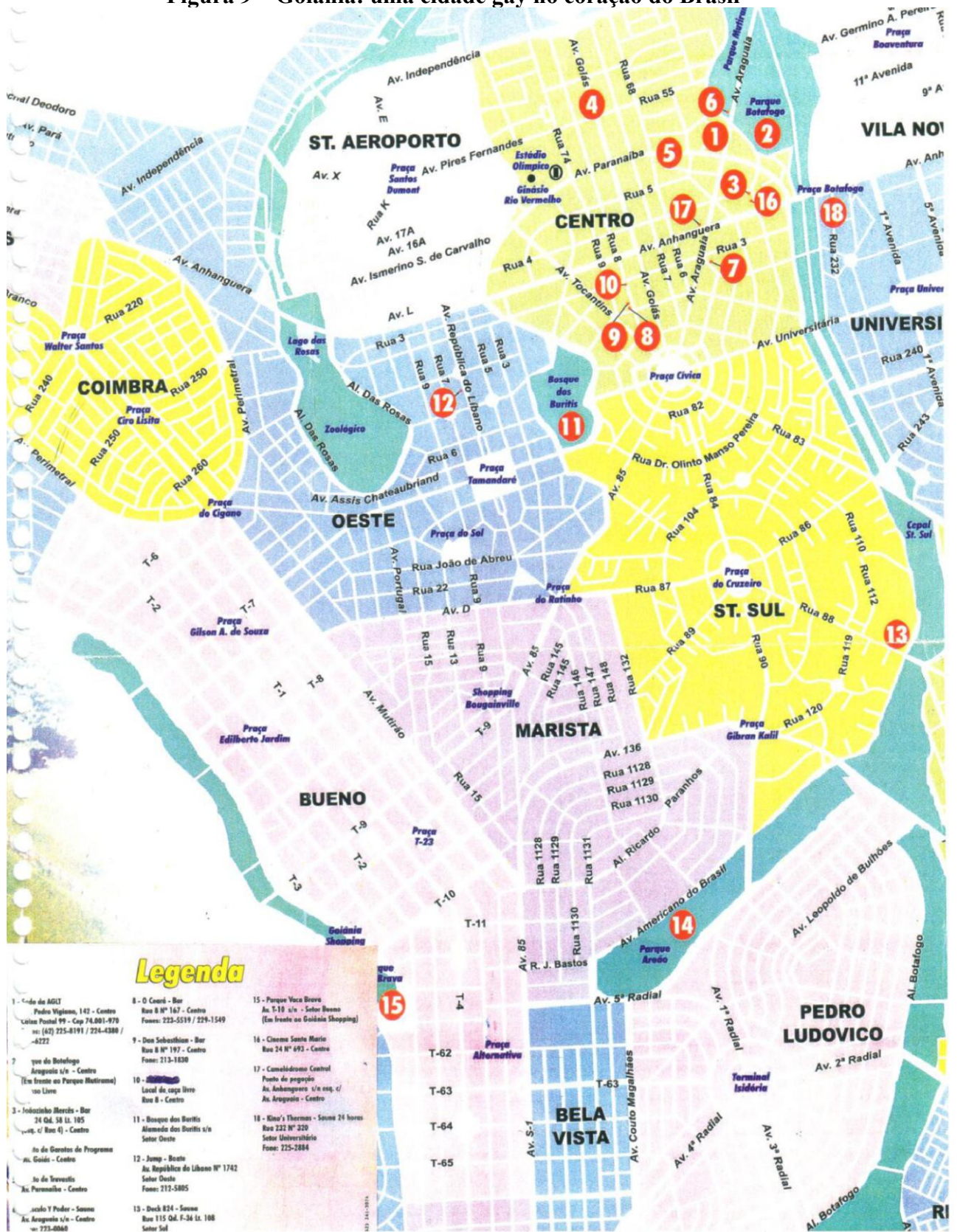
Essa constatação dialoga com a transitoriedade e efemeridade dos territórios “GLTBS” em Goiânia, destacados por Sousa (2005), onde estes espaços se constituem, se mantêm em evidência e, em pouco tempo, desaparecem. Essa percepção é recorrente na pesquisa de Braz (2014), que aponta que muitos desses estabelecimentos, ao longo dos anos – e, por vezes, em curtos períodos – precisavam se deslocar para outros setores da cidade e, em alguns casos, até mudar de nome.

Diante desse contexto, os estabelecimentos elencados no mapa/guia a seguir (Figura 8), produzido pela AGLT – Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros – em 2002, intitulado: “Goiânia, uma cidade gay no coração do Brasil”<sup>19</sup>, deixaram de existir após mais de 20 anos, com exceção dos espaços públicos, como o Parque Areião, o Bosque dos Buritis e o Parque Vaca Brava, também listados pelas entrevistadas como espaços de lazer e namoro.

---

<sup>19</sup> Guia construído no intuito de ilustrar os principais locais voltados para os diversos segmentos e públicos.

Figura 9 – Goiânia: uma cidade gay no coração do Brasil



Fonte: Sousa (2005).

### QUADRO 5 - Questão aberta sobre acolhimento na cidade

Você acredita que Goiânia é uma cidade que acolhe travestis?	
Colaboradoras	Respostas
Gaby	Não, tem a lembrança de pessoas próximas que já sofreram transfobia.
Fellipa	Não. Porque não emprega.
Clara	Acha que sim. Não é porque temos problemas relacionados ao preconceito, que não vamos negar a existência de uma comunidade fortíssima. Subcultura gótica em Goiânia a acolheu.

Fonte: O autor (2025).

Em relação ao acolhimento da cidade, as interlocutoras Fellipa e Gaby percebem que a capital não se mostra receptiva às suas existências. Por outro lado, Clara, a partir de sua experiência, reconhece que há formas de acolhimento, citando, por exemplo, a subcultura gótica que a acolheu. Destarte, os relatos podem ser interpretados a partir das interseccionalidades presentes em cada trajetória: Gaby, diferentemente de Clara e Fellipa, é uma travesti que não contou com o apoio familiar, sofrendo, de maneira mais intensa, os efeitos da marginalização e segregação socioespacial em Goiânia.

### QUADRO 6 - Questão aberta sobre profissionalização e trabalho para travestis na cidade

Você acredita que Goiânia é uma cidade que vem ofertando oportunidades educacionais e de trabalho para as travestis?	
Colaboradoras	Respostas
Gaby	Não. Ela relatou ir a um evento em Goiânia, no qual um político havia demonstrado interesse em profissionalizar as pessoas trans, mas não foi direcionado recurso para essa finalidade e, sim, para realizar a parada gay da cidade.
Fellipa	Não. Sem emprego bom, sem dinheiro, não é possível ter saúde mental, não tem tempo para descansar, não tem lazer, não se alimenta bem.
Clara	Sim, a partir da bolha que ela vive, sim. Ela cita as iniciativas do Hub Goiás para mulheres e pessoas trans.

Fonte: O autor (2025).

No que se refere à profissionalização e à empregabilidade em Goiânia, as interlocutoras, especialmente Gaby e Fellipa, apontam a cidade como um espaço de oportunidades limitadas. Gaby, com base em sua experiência e participação em editais de cultura, evidencia a postura de um político – vereador – local, que priorizou recursos para a

Parada Gay em detrimento do estabelecimento de parcerias e alocação de verbas para ações voltadas à profissionalização de mulheres trans e travestis.

Fellipa, por sua vez, destaca a inexistência de bons cargos e funções destinados a travestis na cidade, evidenciando a tendência de alocação dessas sujeitas em posições de subemprego, muitas vezes na informalidade, sem carteira assinada e direitos trabalhistas assegurados.

Clara, por ter tido apoio familiar, acesso a boas escolas e, como ela mesma ressalta, “a partir de sua bolha”, ela entende que Goiânia apresenta oportunidades para a população trans/travesti, citando diferentes iniciativas de qualificação lideradas pelo HUB Goiás - Centro de Excelência em Empreendedorismo Inovador.

Dessa forma, para além dos relatos das interlocutoras desta pesquisa, sabe-se que a falta de acesso à educação e ao trabalho constitui um dilema cotidiano para mulheres trans e travestis. Em decorrência da frequente exclusão familiar, as relações estabelecidas entre as travestis, a escola e o mercado de trabalho tendem a ser bastante prejudicadas. Bento (2017, p.205) destaca que “a escola é lembrada como um espaço de terror, onde os/as transexuais eram vítimas de todo tipo de preconceito”. Nesse sentido, o espaço escolar se apresenta, nas vidas das travestis, como um local de treino para a vida em sociedade (Silva, 2008).

O baixo nível de escolaridade da população trans, em especial das travestis, está diretamente relacionado à produção e reprodução da transfobia, uma vez que a escola ainda atua como espaço de reforço dos papéis de gênero. Silva (2008, p. 11) corrobora, afirmando que “a escola aparece como uma instituição que silencia a dor sofrida e legitima as normas e valores hegemônicos da sociedade heteronormativa, assim como a agressão aos seres que não se enquadram na ordem de gênero instituída”.

Engelmann (2025), em sua autoetnografia de vivências travestis negras na Universidade Federal de Goiás, relata uma das cenas de violência sofrida por ela na escola, quando criança:

[...] Havia um colega de sala, na sexta série do Ensino Fundamental II, quando eu tinha já 12 anos de idade, o qual de forma contumaz me perseguia muito, todos os dias, com xingamentos e expressões faciais e corporais de ódio à minha existência, a feminilidade que se flagrava em um corpo dito — masculino, e este me humilhava e constrangia profundamente a saber o quanto minha existência era constrangedora aos olhos cisgêneros machistas misóginos e transfóbicos dele, e dos discursos que sua postura representa (Engelmann, 2025).

Essa cena-imagem-vivência de uma criança de 12 anos, cujo corpo é atacado pelo ódio cultivado socialmente, representa apenas um dos diversos relatos vivenciados por travestis, experiências que, frequentemente, resultam na exclusão desses corpos dos bancos escolares. “[...] Fui evadida da escola aos 15 anos de idade, 6 meses depois de transicionar, de assumir minha identidade feminina travesti, era o 1º ano do Ensino Médio, e o ambiente escolar se tornou insuportável para mim [...]” (Engelmann, 2025, p. 36).

Vale destacar que meninas e mulheres trans e travestis que resistem ao ambiente violento da escola continuam em busca de melhores condições nos ambientes universitários, embora, na maioria das vezes, ainda não lhes é garantido. Como exemplo de violência institucional, podem ser citadas as perversidades sofridas pela professora de Geografia Sayonara Naidier Bonfim Nogueira durante sua graduação, entre os anos de 1996 e 2000, na Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Segundo ela, essas violências ocorriam nos corredores do prédio de Geografia, nos processos seletivos para bolsa de estudos e até mesmo nas aulas de campo:

[...] Mas a tortura pior era quando fazíamos os trabalhos de campo, os mais extensos que demoravam até uma semana, demandava hospedagem em pensões ou hotéis. As meninas não aceitavam minha presença no quarto, quando algum grupo decidia que poderia ficar, sempre tinha alguma que negava porque os pais sabiam da minha presença e não permitiam. Os homens, estes nem pensar, uma vez dividi quarto com um colega de curso em São Paulo na matéria Geografia da Indústria, e no outro dia ele foi a mira de todos, como se fosse uma maníaca sexual em potencial. Acabei deixando de ir aos trabalhos de campo, por não ter com quem dividir hospedagem, só ia quando tinha condições financeiras para arcar com as despesas da hospedagem sozinha (Cantelli; Nogueira, 2018, p. 87).

Após a evasão escolar e/ou universitária, com pouca ou quase nenhuma capacitação profissional, pode-se constatar que muitas travestis acabam desenvolvendo atividades laborais informais, discriminatoriamente atribuídas em função de suas identidades de gênero, ocupando uma função tida pela sociedade como “feminina”, a saber: prostituição, serviços de estética e atividades domésticas. Ademais, quando empregadas, observa-se que mulheres trans e travestis tendem a ocupar cargos em que o contato direto com o público é restrito ou limitado, como ocorre em funções de *telemarketing* (Rondas; Machado, 2015).

Mediante o exposto, o preconceito no ambiente organizacional pode ocorrer desde o processo de recrutamento, incluindo casos em que recrutadores não respeitam o nome social das candidatas, discriminam as meninas e mulheres trans/travestis que não apresentam passabilidade.

Nos últimos anos, entretanto, têm sido registrados avanços por parte do segundo setor, como campanhas de valorização da diversidade, estratégias de inclusão no ambiente corporativo e, ainda, a criação de cotas para alunas trans/travestis em cursos de graduação e pós-graduação nas universidades federais.

Dessa forma, pode-se constatar que a “Goiânia” presente as narrativas das travestis se configura como uma capital conservadora, marcada por aspectos hostis aos corpos trans, mas que, em certa medida, possibilita resistência e apropriação de espaços, como ocorre na Rua 8, no Setor Central da cidade.

### **3.1 Notas para carto(grafar) com vidas trans e travestis**

Essas notas que partem deste estudo emergem da necessidade de analisar a travestilidade a partir de um certo obscurantismo temático que prevalece na Geografia e se acentua na Cartografia, uma vez que, nesse campo, há modos positivistas e cartesianos de mapear pautados em sensibilidades cisheteronormativas e androcêntricas<sup>20</sup>.

Diante do exposto, torna-se evidente que as discussões sobre corpo, gênero e sexualidades ainda provocam polêmicas nos cânones de uma Geografia que, por muito tempo, foi e ainda é em parte produzida predominantemente pelas mãos de homens brancos cisheterossexuais. Embora a presença de uma composição mais diversa em termos de raça, classe e gênero não implique diretamente mudanças na disciplina, ela possibilita o surgimento de novos temas e questões que possam ser incorporados ao debate geográfico.

Isso evidencia a necessidade de dialogar com os grupos sociais, conscientes de seus contextos de vida. Nesse sentido, a travestilidade pode ser compreendida como um meio de desenvolver métodos próprios junto a essas pessoas, possibilitando um fazer cartográfico que reconheça a dimensão humana do espaço e dos mapas.

Trata-se de um movimento desafiador, pois a produção de conhecimento é um espaço de disputa marcado por relações de poder. É uma tarefa que, inevitavelmente, exige tecer novas fronteiras do fazer geográfico, uma vez que as travestilidades reivindicam seu lugar.

Nessa miríade de cenários, a cartografia com vidas trans e travestis emerge do reconhecimento de que os parâmetros tradicionais da Cartografia já não são suficientes

---

<sup>20</sup> No androcentrismo, a experiência masculina é tomada como universal e normativa, enquanto as experiências femininas (e de outros gêneros) são vistas como secundárias, desviantes ou invisibilizadas.

(Girardi, 2014). Ou seja, é uma forma de torná-las visíveis de outras maneiras que não somente pelo viés da subalternização, exclusão e morte, reconhecendo que as travestis existem e (re)xistem dentro do espaço cisheteronormativo.

Ao considerar essas vidas e sua intersecção com a Cartografia, ao mapeá-las, assume-se a responsabilidade de conferir às memórias trans e travestis uma dimensão daquilo que é vivo, e não de um rito mortuário ou tampouco póstumo. Trata-se de movimento, de fluxo, de alteridade, do ir e do vir, pois as geografias da vida “[...] se inclinam em zonas de criação efetivas, que inventam outros modos de existência, outras possibilidades de vida para além daquela que fomos formatados, pretensamente erigidos (Corazza, 2006).

Ao mapear a vida, busca-se reconhecer o protagonismo dos sujeitos na enunciação da espacialização de suas vivências, questionando como esses indivíduos podem inscrever suas experiências, seus planos e sonhos no espaço.

Nessa perspectiva, entende-se que a preocupação do pesquisador(a), geógrafo(a) e cartógrafo(a) não deve se restringir à questão “o que quer dizer um dado relato?”, considerando apenas a representação pela representação. É necessário ir além e questionar acerca do que é possível mobilizar e experimentar a partir dessas memórias de existência.

Assim, é fundamental considerar que a elaboração de mapas vivenciais “[...] não pode ter apenas a mera condição figurativa, isso porque rompe com a planificação cartográfica ao assumir uma condição humana que não se esgota e não se encerra em discursos únicos e universais” (Lopes; Costa; Amorim, 2016 *apud* Lobato; Tavares; Silva, 2022, p. 10).

Desse modo, adota-se a definição de mapa como representação gráfica que facilita a comunicação dos acontecimentos no mundo humano (Harley; Woodward, 1987), um mundo contemporâneo que reconhece, ou pelo menos deveria, as travestilidades e a sua dimensão humana.

Diante do processo estrutural de silenciamento a que pessoas travestis são submetidas na sociedade brasileira, observa-se que elas vêm ocupando cada vez mais espaços. O que aqui está apresentado constitui apenas um fragmento de um universo mais amplo dentro dessa temática. Essas notas, à semelhança de tantas outras, buscam indicar, a partir de um pensamento geocartográfico, elementos capazes de orientar um fazer cartográfico eminentemente travesti, ou melhor, uma “Cartografia travesti”. Vejamos:

- É possível produzir essas representações juntos. Respeite o lugar de fala e acolha travesti(s) para participar efetivamente da equipe. Desenvolva uma cartografia das

“proximidades”, em que não haja um distanciamento entre o mapeador e as experiências mapeadas.

- Jamais utilize o conhecimento cartográfico como instrumento contra corpos ou grupos subalternizados. Cuidado! A cartografia das travestilidades não deve funcionar como um mecanismo de controle e vigilância desses corpos. A produção do mapa enquanto ato de vigilância resulta em um esforço com objetivo pré-determinado, incapaz de revelar a lógica espacial subjacente (Almeida, 2019).
- Não menospreze os saberes e vozes das travestis; elas não são sujeitos sociais inferiores ou incapazes de saber, decidir e narrar suas próprias histórias de vida. Afinal, ninguém conhece melhor essas vidas do que elas próprias.
- Esteja aberto à pluralidade dos mapas. Não existe uma única forma de ser travesti, assim como não há uma única forma de cartografar as experiências trans. Evite generalizações. Cada história é única e nenhuma é igual à outra. Existirão tantas cartografias quanto mundos possíveis!
- Não ignore, desqualifique ou estigmatize os espaços de trabalho e os lugares habitados e frequentados pelas travestis, pois são nesses ambientes que muitas delas construíram suas identidades e se constituíram enquanto sujeitas de si mesmas e da coletividade.
- Durante a elaboração dos mapas, sempre que possível, contrate travestis que atuem nas áreas de artes, desenho e *design* gráfico. Valorize seu trabalho e ofereça uma remuneração justa quando precisar da consultoria ou colaboração dessas profissionais.
- Avalie se o grupo social da pesquisa considera o mapa útil e informativo, de modo a identificar possíveis erros ou dificuldades de compreensão. É importante que as travestis verifiquem se os produtos cartográficos sobre suas vidas fazem sentido, tanto na construção gráfica quanto na mensagem que veiculam.
- Por fim, esteja atento à linguagens e meios de expressão gráfica alternativos, menos comuns nos mapas convencionais. Considere-os como instrumentos possíveis. As travestilidades exigem mobilizar outros meios de representação e comunicação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 2023, quase três anos após o início de minha investigação acadêmica sobre gênero e sexualidades na Geografia e na Cartografia, ainda na graduação na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, os mapas permanecem como um meio para observar e desvendar as geografias, funcionando como fonte crucial de informações sobre as diversas dimensões do espaço. Ao discutir as relações de vida de travestis, esta pesquisa constitui uma forma de celebração: celebra-se com Gaby, Fellipa e Clara, a resistência e a vida delas e de tantas outras, afinal, não é comum à Geografia e às ciências em geral pautar essas sujeitas a partir de sua existência, mas sim a partir da morte e da marginalização.

Sabe-se que sujeitos não hegemônicos podem ser representados pela Cartografia acadêmica, oficial e cartesiana. No entanto, a vida travesti, dada sua complexidade e subjetividade, extrapola as limitações dessas grades cartográficas. Logo, pode-se inferir que os mapas alternativos surgem como ferramentas capazes de revelar espaços e sujeitos ainda desconhecidos, uma vez que a sociedade continua a rejeitar as relações entre gênero e sexualidades, que se manifestam cotidianamente no espaço.

Vale reiterar que, ao longo da pesquisa, restou evidente que há mais a ser representado em um mapeamento do que os *shapefiles* conseguem transpor (Savian; Batista, 2025). Isso, entretanto, não implica a necessidade de escolher ou hierarquizar uma Cartografia em detrimento de outra. Exemplos claros de que é possível cartografar a diferença de gênero e sexualidade podem ser consultados nas pesquisas de Sousa (2005) e Machado (2016), desenvolvidas no contexto do LaGente - Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades da UFG.

Pode-se afirmar que as cartografias vivenciais de Gaby, Fellipa e Clara desnaturalizam a perspectiva androcêntrica na Geografia e a abordagem euclidiana na Cartografia, contribuindo com a superação da visão cisheteronormativa e reprodutivista do espaço. Sob esse prisma, no que tange à urbanidade, observa-se que as travestis são altamente visíveis para aqueles que se dispõem a percebê-las, de modo que esses processos de visibilidade e invisibilidade produzem impactos em suas mobilidades e nos usos do tecido urbano de Goiânia.

Com base nos relatos das interlocutoras, pode-se sustentar a ideia de que quanto maior o grau de urbanidade de uma cidade, maior tende a ser o sentimento de liberdade para expressar as dissidências, a homossexualidade e, também, a travestilidade, ainda que essa

liberdade continue condicionada por níveis de interdição espacial. Ou seja, as travestis existem e resistem mesmo diante das normas que constantemente buscam limitá-las. Em Goiânia, Gaby, Fellipa e Clara estão em movimento, e essas movências estão diretamente relacionadas às pessoas com quem convivem, aos diálogos que se estabelecem e aos espaços que ocupam, revelando as múltiplas formas de viver a travestilidade na cidade.

O conhecimento sobre o espaço urbano produzido pelas travestis permite novas leituras da cidade e, com elas, outras representações que o saber acadêmico formal da Geografia e da Cartografia ainda explora de maneira limitada. Por isso, torna-se primordial que as travestis ocupem a cena e participem das disputas socioespaciais como sujeitos mapeadores, de modo que seus mapas vivenciais funcionem como instrumentos de desconstrução de normas espaciais socialmente excludentes, geradoras de desigualdades e de segregação socioespacial.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. S. **Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo.**

2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04032020-154531/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ALMEIDA, V. S. As espacialidades homossexuais masculinas como constituidoras da urbanidade: análise histórico-comparativa entre São Paulo e Paris em 1995 e

2016. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 36, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/13394>.

Acesso em 12 set. 2025.

ARAÚJO, T. A.; NOGUEIRA, S. N. B. **A Espacialização da Transfobia no Brasil:**

assassinatos e violações de direitos humanos em 2021. Série Publicações Rede Trans Brasil, 6a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2022.

ARES, P.; RISLER, J. **Manual de mapeo colectivo:** Recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. Buenos Aires, Tinta Limón, 2013.

Disponível em: <https://iconoclasistas.net/4322-2/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ARES, P.; RISLER, J. **Taller de Mapeo Colectivo** – Santa María de La Ribera. Casa

Gallina, 2016. Disponível em: <https://iconoclasistas.net/dossier-de-mapeo/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ATAIDES JUNIOR, J. R. Distribuição espacial dos homicídios de pessoas trans em

Mato Grosso entre 2018 e 2022. **Confins. Revista franco-brasileira de geografia**, n.

61, 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/61376>. Acesso em: 22 ago. 2025.

AZEVEDO, P. C.; PEREIRA, E. D. “Cidade pequena não dá pra travesti, é só fumo”: performatização da identidade travesti e o contexto urbano mossoroense. Ponto Urbe.

**Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 26, 2020. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/pontourbe/7901>. Acesso em 26 out. 2025.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transexuais

brasileiras em 2023. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) –

Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 125p.

BENTO, B. **A Reinvenção do Corpo – Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual.** Salvador: Editora Devires. 2017.

BORGHI, R. O espaço à época do queer: contaminações queer na geografia francesa.

**Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 2, p. 133-146, 2015.

Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rflag/article/view/7303>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRAZ, C. De Goiânia a 'Gayânia': notas sobre o surgimento do mercado "GLS" na capital do cerrado. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 277-296, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/wgQKKvKHwrst7Xsb9JzfTxn/?format=html&lang=pt>. Acesso em 16 dez. 2025.

BREDA, T. V. A experiência da alteridade em pesquisas-formações de/com docentes: a construção de uma cartografia porosa. **Geographia Meridionalis**, v. 6, n. 1, p. 04-26, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Geographis/article/view/20800>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CANTELLI, A. L.; NOGUEIRA, S. N. B. **Memórias e narrativas das professoras travestis, mulheres trans e homens trans na educação**. Brasil: IBTE–Instituto Brasileiro Trans de Educação, 2018.

CAMPOS, H. Permanência e mudança no quadro de requalificação espacial de cidades brasileiras: o caso das territorialidades do sexo na área central do Recife. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v.9, jul/dez 2000.

CARDOSO, B. M.; MENDONÇA, A. S. **Ascensão E Queda Do Centro De Goiânia: Entre História E Abandono**. In: Anais do 18º Seminário de história da cidade e do Urbanismo: Horizontes (Im)possíveis. Anais. Natal(RN) UFRN, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/18-shcu-seminario-historia-cidade-urbanismo/1002260-ASCENSAO-E-QUEDA-DO-CENTRO-DE-GOIANIA--ENTRE-HISTORIA-E-ABANDONO>. Acesso em: 26/12/2025.

CAUX, T. R. **O hormônio traz pra realidade todos os nossos sonhos ocultos: a experiência de mulheres transexuais e travestis com o processo medicamentoso de hormonização**. 2018 (Dissertação de mestrado). Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/b92f5175-91a5-4549-8508-8d2f0e3bd9d2>. Acesso em: 15 dez. 2025.

DAHER, T. **O Projeto Original De Goiânia**. Revista UFG, Goiânia, v. 11, n. 6, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48233>. Acesso em: 9 jan. 2026. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48233/23589>. Acesso em: 12 dez. 2025.

CORTÉS, J. M.G. “Cartografias dissidentes”. In: CORTÉS, José Miguel G. (Org.). **Cartografias dissidentes**. Madrid: SEACEX, 2008, p. 3-14.

CORNER, J. The Agency of Mapping: Speculation, Critique and Invention. In: COSGROVE, Denis, org. **Mappings**. Londres: Reaktion Books, 1999, p.213-252.

ENGELMANN, L. **Identidades, resistências e transepistemologias: uma autoetnografia de vivências travestis negras na Universidade Federal de Goiás**. 2024. 112 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2024.

FARIA, R. P. N. **Concepções de gênero e sexualidade no ensino de geografia em escolas públicas de Goiânia, Goiás**. 2018. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9258>. Acesso em: 13 jul. 2025.

FERREIRA JÚNIOR, L. C. R. **Reflexos do processo de ocupação, apropriação e uso do espaço intra-urbano em Goiânia**: um caso do setor bueno. 2007. 115 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) -Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3046>. Acesso em: 5 dez. 2025.

FONSECA, F. P. **A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a Geografia: análise das discussões sobre o papel da Cartografia**. Tese (doutorado em Geografia), FFLCH – USP, 2004. 250 p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-09082010-130954/pt-br.php>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FONSECA, F. P. A naturalização como obstáculo à inovação da cartografia escolar. **Geografares**, p. 175-210, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/3192>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FREITEZ CARILLO, O. **Los silencios de los mapas, los personajes ausentes**: ensayo cartográfico sobre las movilidades en la pandemia. 2022. Disertación (Maestría en Arquitectura y Urbanismo) – Programa de Posgraduación en Arquitectura y Urbanismo, Facultad de Arquitectura, Universidad Federal de Bahía, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39561>. Acesso em: 18 maio 2025.

GARROTE, L. S.; ALVES, M. R. Questões da produção do morar vertical e o espaço público: um olhar ao setor Marista, em Goiânia. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 107-120, 2024. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/16882/12615>. Acesso em 11 nov. 2025.

GIACOMINI, C. R. M. **Cidade hegemônica e fragmentada**: as insurgências travesti/transsexual na luta pelo direito à cidade. 2025. 108 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/16019>. Acesso em 20 dez. 2025.

GIRARDI, G. Cartografia Geográfica: entre o “já-estabelecido” e o “não mais-suficiente”. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, [S. l.], v. 30, p. 65–84, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/36083>. Acesso em: 17 jul. 2025.

GIRARDI, G. Cartografias sociais em diferentes contextos de aprendizagem / social cartographies in different learning contexts. **Geographia Meridionalis**, v. 6, n. 1, p. 66-84, 6 dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Geographis/article/view/20802>. Acesso em: 11 ago. 2025.

GIRARDI, G. Leitura de mitos em mapas: um caminho para repensar as relações entre geografia e cartografia. **Geografares**, v. 1, n. 1, 2000. p. 41-50. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1162>. Acesso em 10 jul. 2025.

GIRARDI, G.; COELHO, P. S. L. Mapeamento colaborativo com uso de tecnologias de informação e comunicação acessíveis: elementos para releituras e atualizações do “leitor crítico de mapas” e “mapeador consciente”. **Ciência Geográfica, Bauru**, v. 25, n. 5, p. 1846-1860, 2021.

GIRARDI, G.; LACERDA, L. C. F.; VARGA, A. A.; LIMA, L. M. Cartografias alternativas no âmbito da educação geográfica. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2796>. Acesso em 17 ago. 2025.

GUIMARÃES, L. Rua do Lazer passa por renascimento cultural com novos bares e ocupação de pessoas no Centro. **O Popular**. 2025. Disponível em: <https://opopular.com.br/magazine/rua-do-lazer-passa-por-renascimento-cultural-com-novos-bares-e-ocupac-o-de-pessoas-no-centro-1.3292661>. Acesso em

GONTAREK, D. D.; SILVA, J. M. Violência doméstica e masculinidades: uma análise geográfica. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 2, p. 188-207, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/17588>. Acesso em 2 set. 2025.

GOMES, M. F. V. B. CARTOGRAFIA SOCIAL E GEOGRAFIA ESCOLAR: aproximações e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 97–110, 2017. DOI: 10.46789/edugeo.v7i13.488. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/488>. Acesso em: 19 ago. 2025.

HARLEY, B. Mapas, saber e poder. In Peter Gould e Antoine Bailly, «Le pouvoir des cartes et la cartographie», Paris, Antropos, 1995, p. 19-51. Traduzido por Mônica Balestrin Nunes. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 5, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/5724?lang=pt#tocto1n8>. Acesso em 12 ago. 2025.

HARLEY, J. B. Deconstructing the Map. LAXTON, Paul. (Ed.). **The New Nature of Maps**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001, p. 149-168.

HARLEY, J. B. Text and Contexts in the intertretation of Earley Maps. LAXTON, Paul. (Ed.). **The New Nature of Maps**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001, p. 33-50.

HARLEY, J. B.; WOODWARD, D. (Ed.). **The History of Cartography - Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and Mediterranean**. Chicago; University of Chicago Press, 1987, v.1.

JESUS, J. G. **Notas sobre as travessias da população trans na história**. Revista Cult. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>. Acesso em 10 ago. 2025.

JESUS, J. G. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**, v. 2, p. 42, 2012.

JESUS, J. G. Xica Manicongo: A Transgeneridade Toma a Palavra. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 250–260, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.41817. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/41817>. Acesso em: 24 ago. 2025.

KATUTA, A. M. A Geografia, a cartografia, a descrição e a alienação. Estudos Geográficos: **Revista Eletrônica de Geografia**, v. 11, n. 2, p. 98-110, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/8176>. Acesso em: 14 jul. 2025.

KATZ, J. N. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KWAN, M. P. Affecting geospatial technologies: toward a feminist politics of emotion. **The Professional Geographer**, v. 59, n.1, fev. 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9272.2007.00588.x>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LA FOUNTAIN-STOKES, L. “De sexilio(s) y diáspora(s) homosexual(es) latina(s): El caso de la cultura puertorriqueña y nuyorican queer”. Debate feminista, Distrito Federal – México, Ano 15, Vol. 29, p. 138-157, 2004.

LÉVY, J. **L’espace légitime; sur la dimension géographique de la fonction politique**. Paris, Presses de La Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

LOBATO, R. B.; TAVARES, F. R.; SILVA, G. C. A minha história é um mapa: mapas vivenciais, contramapeamentos e direito à cidade. Instrumento: **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 24, n. 2, p. 684-701, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/37832>. Acesso em: 22 jul. 2025.

LOPES, J. J. M.; COSTA, B. M. F; AMORIM, C. A. Mapas Vivenciais: possibilidades para a cartografia escolar com as crianças dos anos iniciais. **Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas**, v. 6, n. 11, p. 237-256, jan./jun., 2016. Disponível em: <http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/381> Acesso em: 22 jul. 2025.

LOPES, J. J. M.; COSTA, B. M. F. MAPAS VIVENCIAIS E ESPACIALIZAÇÃO DA VIDA. **Porto das Letras**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 321–335, 2023. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/15710>. Acesso em: 23 set. 2025.

LOIS, C. El mapa como metáfora o la espacialización del pensamiento. **Terra Brasilis**, [S. l.], n. 6, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1553>. Acesso em: 1 set. 2025.

MACHADO, T. C. **A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença**. 2016. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Arte & ensaios, v. 2, n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: [https://roderic.uv.es/bitstream/handle/10550/87099/02\\_Mbembe\\_Espill-53.pdf?sequence=1](https://roderic.uv.es/bitstream/handle/10550/87099/02_Mbembe_Espill-53.pdf?sequence=1). Acesso em: 14 jul. 2025.

MENESES, C. S. **Diáspora trans: mobilidades e migrações espaço-temporal e de gênero**. 2020. 345 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/14500>. Acesso em 10 dez. 2025.

MOIRA, A. **Dissidência sexual e de gênero no Brasil Colônia**. 2023. Disponível em: <https://masp.org.br/masp-escola/dissidencia-sexual-genero-brasil-colonia>. Acesso em 11 ago. 2025.

MOTT, L. **Relações raciais entre homossexuais no Brasil-Colônia**. In: Revista Brasileira de História, São Paulo. vol 5. n. 10, 1985, p. 99-122.

MOTT, L. **Raízes históricas da homossexualidade no atlântico lusófono negro**. Afro-Ásia. Salvador. N. 33, 2005, p. 09-33.

NAME, L.; FREITEZ CARILLO, O. Cartografias alternativas decoloniais: Gênero, sexualidades e espaços em uma universidade em área transfronteiriça. **Arquitextos**. Vitruvius, 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.230/7478>. Acesso em: 17 ago. 2025.

NASCIMENTO, S. A cidade no corpo. Diálogos entre corpografia e etnografia. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 19, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3316>. Acesso em 25 nov. 2025.

NASCIMENTO, S. S. CIDADE-DESEJO-TRAVESTI: Urbanidades trans às margens das cidades. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 8, n. 30, p. 18-51, 6 dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/28193>. Acesso em: 5 ago. 2024.

NOGUEIRA; ARAÚJO. **Dossiê Registro nacional de mortes de pessoas trans no Brasil em 2024: da expectativa de morte a um olhar para a presença viva de estudantes trans na educação básica brasileira**. 9 ed. Uberlândia, MG. Ed.: das autoras, 2025, p. 74.

OLIVEIRA, F. N. A. Gênero, cultura e o dispositivo da transexualidade: a formação da identidade travesti no Brasil. **Darandina Revisteletrônica**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 1–20, 2019. DOI: 10.34019/1983-8379.2017.v10.28254. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28254>. Acesso em: 19 jul. 2025.

OLIVEIRA, A. H. R. N. Zé latinhas: Conheça o bar e restaurante que é feito de Centro. LN LAB NOTÍCIAS. Disponível em: <https://labnoticias.jor.br/2023/08/15/ze-latinhas-conheca-o-bar-e-restaurante-que-e-feito-de-centro/>. Acesso em:

ORNAT, M. J. Espaços interditos e a constituição das identidades travestis através da prostituição no Sul do Brasil. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 1, p. 54-73, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/3336>. Acesso em 22 ago. 2025.

ORNAT, M. J. Território e prostituição travesti: uma proposta de discussão - Doi: <http://dx.doi.org/10.5212/TerraPlural.v.2i1.041056>. **Terr@ Plural**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 41–56, 2008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1163>. Acesso em: 24 ago. 2025.

PEREIRA, T. M. L. **Sertransneja**: identidade de gênero e migração na arte. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/43104>. Acesso em: 9 dez. 2025.

PELÚCIO, L. "Toda Quebrada na Plástica": Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. **Campos - Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 6, p. 97–112, 2005. DOI: 10.5380/cam.v6i0.4509. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/4509>. Acesso em: 5 ago. 2025.

PILE, S.; ROSE, G. 'All or nothing? Politics and critique in the modernism! postmodernism debate'. **Environment and Planning D: Society and Space**, 1992, v. 10, p. 123-36.

RATTS, A. J. P. et al. Geografia e diversidade: gênero, sexualidades, etnicidades e racialidades. **Revista da ANPEGE**, v. 12, p. 223-238, 2016.

RIBEIRO, M. A. C. Prostituição de rua e turismo em Copacabana: a avenida Atlântica e a procura de prazer. **Revista Território**. Ano II, n.3. Rio de Janeiro, jul/dez. 1997.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, 248p.

ROLNIK, S. **Esferas da Insurreição**: Notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2019. 208p.

RONDAS, L. O.; MACHADO, L. R. S. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 10, n. 1, p. 192-205, jun. 2015. Disponível em: [https://seer.ufsj.edu.br/revista\\_ppp/article/view/Rondas%2C%20Machado](https://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/Rondas%2C%20Machado). Acesso em: 5 dez. 2025.

ROSE, G. **Visual Methodologies**: An Introduction to the Interpretation of Visual Materials. Londres: Sage publications, 2001.

SANTOS, B.; SOUZA, M. L. Quanto mais me sinto, mais vejo que sou Florença ave e estrela e universo: histórias de Tieta, uma travesti que se fez em trânsitos. Salvador, **Periodicus**, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/33386/20877>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.

SAVIAN, C. P.; BATISTA, N. L. Que cartografias nós, geógrafas(os), estamos (re)produzindo?. **Revista Signos Geográficos**, [S. l.], v. 7, p. 1–27, 2025. DOI: 10.5216/signos.v7.84062. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/84062>. Acesso em: 5 jan. 2026.

SEEMANN, J. Tradições humanistas na cartografia e a poética dos mapas. In: Eduardo Marandola Jr.; Werther Holzer; Livia de Oliveira. (Org.). **Qual o Espaço do Lugar? Geografia, Epistemologia, Fenomenologia**. 1ed. Rio de Janeiro: PERSPECTIVA, 2012, v. 1, p. 279-303.

SEEMANN, J. Mapas, mapeamentos e a cartografia da realidade. **Geografares**, v. 4, p. 49-60, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1080>; Acesso em: 9 ago. 2025.

SILVA, J. C. O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição. In: RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. **Território e prostituição na metrópole carioca**. São João de Meriti, R.J.: Ecomuseu Fluminense, 2002, p. 16-56.

SILVA, J. M. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geo Uerj**, v.1, n. 18, p. 3-19, 2008. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1343/1132>. Acesso em 10 ago. 2025.

SILVA, J. M. Dos espaços interditos à instituição dos territórios travestis: uma contribuição às geografias feministas e queer. *Terra Livre*, [S. l.], v. 2, n. 35, p. 53–72, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/417>. Acesso em: 5 ago. 2025.

SILVA, J. M. Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Geografias Malditas: Corpos, Sexualidades e Espaços**. Ponta Grossa: Toda Palavra, p. 143-182, 2013.

SILVA, J. M. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SPINDULA, M. G.; NAME, L.; MOASSAB, A. Drag queens em banheiros públicos coletivos e ruas de Foz do Iguaçu: cartografias de corpos dissidentes em lugares transientes. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 2, p. 3-29, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/17005>. Acesso em 20 ago. 2025.

SOARES, G. Os bares ‘do momento’ em Goiânia. Conheça!. As opções mais acessíveis das que a gente gosta de estar à vontade e se divertir. **Jornal Opção**. 2024. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/os-bares-do-momento-em-goiania-conheca-633542/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

SOUSA, A M. S. O espaço que ousa dizer seu nome: territórios GLTBS de Goiânia, 2005. Dissertação (mestrado em Geografia) IESA/UFG, Goiânia GO.

SOUSA, M. A. Aqui não dá pra ser viado, serei viado em outro lugar: uma etnografia de migrações de bichas pretas e negros gays para Goiânia. 2022. 110 páginas. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

TAVARES, G. U.; EVANGELISTA, A. N. A.; SANTOS, J. O.; GORAYEB, A. Mapeamento colaborativo: uma interação entre cartografia e desenvolvimento sustentável no campus do PICI-Universidade Federal do Ceará. **Acta Geográfica**, p. 44-56, 2016. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/3748>. Acesso em 17 ago. 2025.

TOURINHO, F. S. V.; et al., **Glossário da Diversidade**. UFSC: 2017. Disponível em: [https://noticias.ufsc.br/files/2017/10/Gloss%C3%A1rio\\_vers%C3%A3ointerativa.pdf](https://noticias.ufsc.br/files/2017/10/Gloss%C3%A1rio_vers%C3%A3ointerativa.pdf). Acesso em 24 nov. 2025.

VARTABEDIAN, J. Migraciones trans: travestis brasileñas migrantes trabajadoras del sexo en Europa. **Cadernos Pagu, Campinas**, n. 42, p. 275-312, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/DvS9RNqFscSvk85JtKcnfpy/?lang=es>. Acesso em 12 nov. 2025.

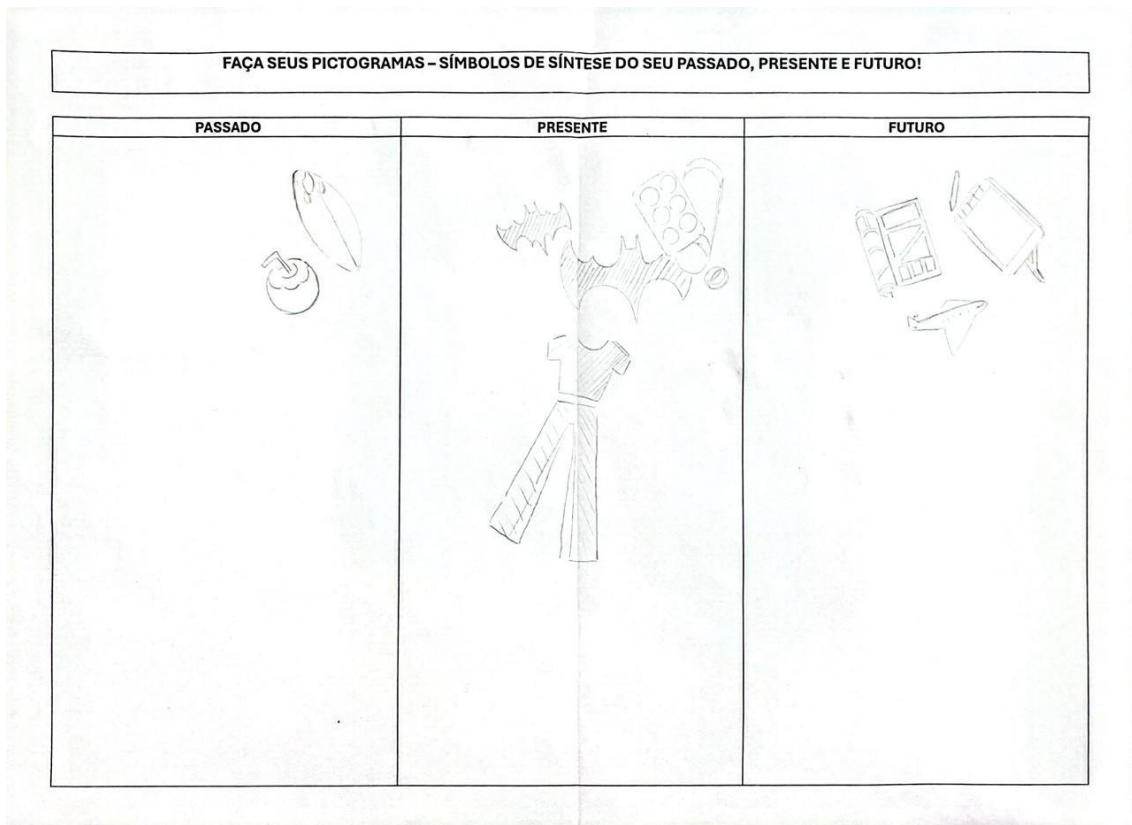
VILHAS, J. Travesti. In: SILVA, M. L.; SANABRIA, G. V. (org.). **Glossário de (des)identidades sexuais**. Salvador, EDUFBA, 2023, pp.257-265.

VILLALOBOS, J. G. Geografia e sexo: os discursos e praticas no território brasileiro. Scripta Nova - **Revista Electrónica de Geo-grafía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, v.45, n.53, ago. 1999. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn-45-53.htm>. Acesso em 3 ago. 2025.

YORK, S. W.; OLIVEIRA, M. R. G.; BENEVIDES, B. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. Vol. 28 n. 3., 2020, p. 01-12. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/D5Mthwz5BKTKhX8JTwGjJbd/abstract/?lang=pt>. Acesso em 5 ago. 2025.



Folha de desenho da entrevistada 3 (Clara):



Modelo da folha de desenho das entrevistadas

FAÇA SEUS PICTOGRAMAS – SÍMBOLOS DE SÍNTESE DO SEU PASSADO, PRESENTE E FUTURO!

PASSADO	PRESENTE	FUTURO

Questionário da pesquisa:

<b>ETAPA DE ANÁLISE</b>	<b>QUESTÕES</b>
<b>PERFIL DA ENTREVISTADA</b>	2.1 Qual sua escolaridade?
	2.2 Qual sua cor/etnia?
	2.3 Qual sua idade?
	2.4 Qual sua renda mensal individual?
	2.5 Qual bairro você reside?
<b>PASSADO</b>	3.1 Qual é a sua cidade de origem?
	3.2 Qual a motivação te fez vir morar em Goiânia?
	3.3 Como foi a sua trajetória de vida até chegar em Goiânia?
<b>PRESENTE</b>	4.1 Mediante a sua vivência na cidade, pode me citar exemplos de lugares/territórios de medo
	4.2 Mediante a sua vivência em Goiânia, pode me citar exemplos de lugares/territórios de convivência?
	4.3 Você costuma frequentar algum estabelecimento voltado especificamente para o público LGBTQIAPN+ em Goiânia? Se sim, quais?
	4.4 Quais lugares você considera que sejam espaços importantes de convivência de pessoas LGBTQIAPN+ na cidade?
<b>FUTURO</b>	5.1 Você acredita que Goiânia é uma cidade que acolhe travestis?
	5.2 Você acredita que Goiânia é uma cidade que vem ofertando oportunidades educacionais e de trabalho para as travestis?
	5.3 Deseja continuar em Goiânia ou retornar para a sua cidade natal?
	5.4 Quais seus projetos de futuro?
<b>CONTATO DA ENTREVISTADA</b>	6.1 Gostaria de deixar seu e-mail ou telefone para um próximo contato para a apresentação e discussão da representação final de seu mapa vivencial?